

PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO

UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA SEXUALIDADE HUMANA E DA EDUCAÇÃO
SEXUAL

Dissertação . . . apresentada . . . como
exigência parcial para obtenção
do grau de Mestre em Educação, na
área de Psicologia Educacional, à
Comissão Julgadora da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. João Francisco Régis de
Morais.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

- 1989 -

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação de Mestrado defendida por
PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO e aprovada
pela Comissão Julgadora em 21/02/89.

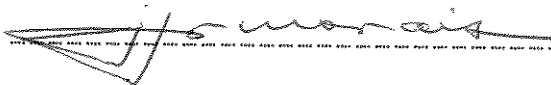
Data: 21/02/1989.

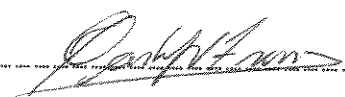
Assinatura:

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'P. Marçal', is written over a horizontal line. The signature is stylized with a large initial 'P' and a long, sweeping horizontal stroke.

COMISSÃO JULGADORA:


JOÃO PAULO AGUIAR


JOÃO AGUIAR


JOÃO AGUIAR

AGRADECIMENTO

Ao concluir este trabalho, não posso deixar de agradecer a algumas pessoas que, mesmo de formas diferentes, contribuíram para o êxito final do trabalho:

À meu pai, João Expedito Ribeiro, que não pôde vê-lo concluído, e à minha mãe, Ruth Ribeiro Marçal. Eles sempre lutaram pela minha formação.

À Regina Célia de Oliveira Pereira e Benedito Glauco Marçal Ribeiro, que, pacientemente, acompanharam meus sucessos e minhas dificuldades no Curso de Mestrado.

À Adriana Crivelaro Sanches e Percílio Frajacomo Jr., funcionários do Polo Computacional da UNESP/Campus de Araraquara, que me ensinaram os primeiros passos na "arte da computação", o que facilitou imensamente a redação final do texto.

Ao Professor Carlos Alberto Vidal França, pelo apoio recebido. À Professora Alina Purvinis Musolino, pelas opiniões construtivas emitidas.

Ao Professor João Francisco Régis de Moraes, pela orientação, e, mais ainda, pela oportunidade que tive em conviver por algum tempo com esta grande pessoa.

O autor.

Para Ana.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: O ÔNUS DO ÓBVIO DESCUMPRIDO.....	6
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL	11
3. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL	30
4. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA: O QUE PENSAM ALGUNS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	43
5. ORIENTAÇÃO SEXUAL LOCALIZADA: ONDE? COMO? POR QUÊ?	55
6. QUEM EDUCA QUEM?	70
7. CONCLUSÃO: RESUMO DE IDÉIAS	91
8. BIBLIOGRAFIA	95
9. ANEXO	106

O ÔNUS DO ÓBVIO DESCUMPRIDO

Este ensaio tem como objetivo principal levar o leitor a uma reflexão crítica sobre um tema bastante atual, "A Sexualidade Humana e a Educação Sexual", que tem sido debatido entre profissionais de diversas áreas do conhecimento, merecendo até um espaço maior nos dias de hoje, pois devido a difusão da AIDS em nossa sociedade, os meios de comunicação e os órgãos governamentais têm intensificado os anúncios com mensagens envolvendo questões sexuais.

Não pretendo dar receitas ou fórmulas, e tampouco respostas, mas sim levar o leitor a pensar sobre algumas idéias que apresento e que considero relevantes para quem pretenda desenvolver trabalhos em Orientação Sexual.

O texto irá remeter o leitor a aspectos da sexualidade já estudados ou apresentados por outros autores, porém não sem deixar de ser uma tentativa deste autor de apresentá-los segundo seu próprio ponto de vista e de resgatar idéias que por serem consideradas óbvias acabam caindo no vazio sem a devida reflexão e aplicação prática na vida da comunidade.

É a questão do óbvio descumprido: saber e mesmo assim não fazer; conhecer possíveis soluções para problemas significativos nos mais variados campos e ainda assim deixar este conhecimento de lado para benefício de interesses fora da real

necessidade da coletividade.

Assim, penso que mesmo aquilo que aparentemente se apresenta como óbvio, na verdade pode nos remeter a coisas muito pouco óbvias, o que acaba por merecer constantes análises e reflexões de forma a pelo menos mostrar quer existe muito a ser feito, debatido, questionado, denunciado.

Este texto, então, não é apenas mais um livro sobre sexualidade. Nele, o autor não irá encontrar apenas idéias referendando idéias de outros, nem uma compilação do óbvio. Este texto quer também falar de sexo, mas com o objetivo ímpar de convidar o leitor a uma reeducação sexual a partir de uma reflexão crítica que gere muita inquietação, justamente porque quando se trata da sexualidade, aquilo que se mostra óbvio (concreto) pode ser apenas a ponta de um "iceberg" que esconde fantasmas nada óbvios.

Meu trabalho na área teve início em 1984, quando ministrei dois cursos de extensão universitária em Campinas: no primeiro semestre, o curso "Sexo, Sociedade e Educação Sexual", de 30 horas, foi ministrado para duas turmas de alunos no Instituto de Psicologia da PUC-Campinas; no segundo semestre, o curso "Sexualidade, Cultura e Educação Sexual", também de 30 horas, foi ministrado para uma turma de alunos na Faculdade de Educação da UNICAMP. Em 1985 ministrei duas vezes um outro curso, "Orientação Sexual na Escola", de 30 horas: no primeiro semestre, realizado no Instituto de Psicologia da PUC-Campinas; e no segundo semestre no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Estes cursos proporcionaram experiência valiosa para a elaboração do plano de trabalho que deu origem a este texto.

Optei por um ensaio teórico por ser a forma de expressão que mais se identificava com o objetivo proposto para minha dissertação de Mestrado, já mencionado anteriormente. Lanço mão de um "survey" em um dos capítulos para ilustrar o trabalho, pois trata-se de um levantamento de opinião de profissionais de Educação sobre questões que discuto ao longo do texto.

Não trato neste ensaio dos aspectos fisiológicos da Sexualidade Humana e Educação Sexual, ainda que sejam de extrema importância por referirem-se à informações básicas sobre o funcionamento biológico da sexualidade.

Embora muitos autores e programas de orientação sexual priorizem a biologia sexual, faço o caminho inverso.

Parto de um modelo de compreensão da sexualidade que ultrapassa a explicação meramente biológica ou unicamente moral, e por isso, é a partir de um enfoque psico-sócio-cultural que se chega aos aspectos fisiológicos; ou seja, na minha concepção de Orientação Sexual, primeiro se lida com as raízes subjetivas do comportamento sexual, com os fenômenos sócio-culturais que determinam a atitude do indivíduo frente à sexualidade, com o desejo, com a repressão e com a culpa. A parte anátomo-fisiológica é inserida no contexto, para esclarecer o jovem, para ampliar seu conhecimento ou tirar suas dúvidas. Levo em consideração a importância fundamental do diálogo, o senso-crítico que deve ser aguçado e estímulo o debate de seus questionamentos e angústias sobre sexo.

É uma abordagem dinâmica, oposta ao ensino tradicional, rotulado por Paulo Freire de "educação bancária", onde no caso da Orientação Sexual, se limita a dar ao aluno informações sobre o aparelho reprodutor e doenças venéreas.

Neste ensaio, utilizo duas expressões de sentido semelhante, porém cada uma delas se relaciona a uma situação específica.

Refiro-me à "Educação Sexual" quando trato dos processos culturais contínuos desde o nascimento, que de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade. Esta educação é dada indiscriminadamente na família, na escola, no bairro, com os amigos, pela televisão pelos jornais, pelas revistas. É a própria evolução da sociedade que determina os padrões sexuais de cada época, e conseqüentemente a educação sexual que será levada ao indivíduo.

Quando falo de "Orientação Sexual", penso numa intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e localizada, com a participação de profissionais treinados para esse trabalho: psicólogos, assistentes sociais, professores, orientadores educacionais, médicos, mas sempre com formação específica para a função de Orientador Sexual.

Optei por esta distinção para evitar uma superposição de termos que geram confusão por serem utilizados como sinônimos, e na verdade são expressões incompletas ou que podem ser incorporadas às anteriores: higiene sexual, educação para a vida familiar, informação sexual, instrução sexual, educação para o casamento, etc.

Não pretendo neste ensaio prestar informações básicas sobre a anatomia e funcionamento dos órgãos sexuais, nem incluir em seu conteúdo técnicas para serem utilizadas. Apenas lanço idéias e questionamentos que possam despertar senso-crítico numa área que se encontra, no Brasil, dando seus primeiros passos. Que

ajudem pessoas que se interessam pelo tema a refletir sobre princípios básicos que considero fundamentais para qualquer tentativa de implantação de programas de orientação sexual.

Num primeiro capítulo, apresento a história da Educação Sexual, para mostrar ao leitor como ocorreu a evolução dos padrões sexuais ao longo da história.

Em seguida, introduzo o leitor na questão da Educação Sexual, defendendo as posições e argumentos que norteiam o trabalho. Apresento um relato de experiência sobre a opinião de supervisores de ensino a respeito da implantação e necessidade de programas de orientação sexual nas escolas públicas, e um capítulo sobre a orientação sexual na escola, dá corpo ao tema em questão.

Para finalizar, analiso a relação da família e dos meios de comunicação com o comportamento sexual, a repressão e a própria evolução da educação sexual.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Quando falamos em Educação Sexual, paralelamente devemos relacioná-la com a repressão sexual e com o estudo do sexo, pois a necessidade da Educação Sexual existe basicamente em função da repressão estabelecida pela cultura e pela sociedade, e lança mão dos conhecimentos resultantes do estudo científico da sexualidade para estruturar sua técnica e seu conteúdo teórico.

USSEL fala sobre uma "síndrome anti-sexual", e é significativo analisarmos algumas idéias sobre as origens da repressão sexual, embora não caiba a este trabalho discutir em profundidade a origem das tendências anti-sexuais da cultura e da sociedade no ocidente:

"Numerosas hipóteses foram formuladas sobre a origem da síndrome anti-sexual. Segundo Kinsey, ela já existia entre os hititas, os judeus e os cristãos. Escritores cristãos, por outro lado, falam da influência de filósofos romanos e gregos da baixa antiguidade. Em compensação, outros fazem do cristianismo o responsável por tudo, pensando, mais particularmente nos textos de São Paulo e Santo Agostinho. Admite-se, também, que a síndrome anti-sexual é uma reação contra a pretensa libertação da Renascença. (...) G.R. Taylor fala de um tabu

vitoriano... Para o pastor americano R.E. Fitch, após a libertação do século XVIII, o homem passou a desejar para si e para seus semelhantes uma disciplina mais rigorosa a fim de poder reprimir seus instintos e comportar-se de acordo com os bons costumes..."(1)

GREGERSEN também descreve atitudes significativas sobre a repressão sexual em três momentos históricos a partir do século XVII.

O primeiro refere-se a ascensão do puritanismo na Inglaterra:

"Apesar de não se oporem ao sexo dentro do casamento, os puritanos eram intolerantes com o adultério e a idolatria num sentido prático, virtualmente sem paralelos na história da Cristandade. Foram eles que desenvolveram (particularmente no seu ramo americano) uma extraordinária paranóia sobre orgias sexuais satânicas, o que levou a uma

(1) USSEL, J. van. *Repressão Sexual*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981, pp. 21-22.

metódica e disseminada perseguição às bruxas".

(2)

O segundo, também no século XVII, ocorreu na Igreja Católica.

"...foi o renascimento das doutrinas Agostinianas na Igreja Católica Romana, sob o rótulo de Jansenismo. Esse movimento reforçava o dano causado pelo pecado original e os males da luxúria à natureza humana. Apesar do Jansenismo ter sido declarado heresia, muito de sua preocupação moral com os perigos do sexo persistiu na Holanda, mesmo após ter sido oficialmente desaprovado e sobreviveu na Irlanda, onde o medo e a repressão da sexualidade são considerados assombrosamente grandes, sem paralelos no mundo católico romano ou talvez em nenhuma outra parte."(3)

(2) GREGERSEN, E. Práticas Sexuais: a História da Sexualidade Humana. São Paulo: Editora Roca, 1983, p. 17.

(3) GREGERSEN, E. op. cit., p. 18.

O terceiro momento é mais conhecido e ocorreu no século XIX, a partir da Inglaterra -- o Vitorianismo:

"A extrema afetação do movimento foi acompanhada por uma crença nos perigos da perda de sêmen - não no sentido judeu-ortodoxo de poluição, mas na crença pseudo-científica de que toda ejaculação era debilitante e que a relação sexual, mesmo dentro do casamento devia ser evitada o máximo possível para o maior benefício da sociedade. Em outras palavras ela apoiava com punição uma doutrina de sublimação."(4)

Foram movimentos anti-sexuais que acabaram por se espalhar por todo o mundo ocidental. Mas como se pode observar é que esta ação puritana é recente, mais precisamente a partir do século XVII.

Historicamente, o Puritanismo tem sua origem no Calvinismo e iniciou-se na Inglaterra, no século XV, durante o reinado de Elizabeth I. Opondo-se à liberdade dos padrões sexuais da Inglaterra da Idade Média, o Puritanismo trouxe em seu bojo um rígido padrão espiritual e moral, baseado na firmeza da vontade, na constância do caráter e no fortalecimento da introspecção, tudo regrado no mais puro ascetismo.

(4) GREGERSEN, E. op. cit. , p. 19.

O Vitorianismo tem sua origem no século XIX, no reinado da rainha Vitória (1819-1901), daí o seu nome. Propagou-se por todo o mundo por causa da força e influência do todo poderoso Império Britânico.

São, portanto, movimentos recentes de repressão sexual.

A Antigüidade Clássica, se no aspecto teórico apresentava diferentes pontos de vista referentes ao conhecimento da sexualidade, influenciada por diversos médicos, no aspecto prático, a liberdade sexual que fazia parte do cotidiano não apresentava diferenças significativas nem era moralista ou puritana.

A Idade Média nos mostra, através de contos, narrações e autores como Boccaccio, uma prática aberta de relações sexuais e um comportamento bastante liberal, erótico e sensual.

USSEL nos relata sobre o comportamento sexual nos séculos XV e XVI e mostra como também neste período que antecede o puritanismo e a era vitoriana, a liberdade sexual era dominante:

"Admitia-se, em geral, que todos satisfizessem as suas necessidades sexuais, para não por a saúde em perigo. A sensualidade era praticada de maneira que hoje não conhecemos. Tocava-se, acariciava-se, abraçava-se; as mães e os pais masturbavam as crianças, para acalmá-las. As relações sexuais pré-conjugais estavam institucionalizadas. E também, em algumas camadas sociais, as relações extra-conjugais eram permitidas. O rigor do clero perante o

celibato praticamente inexistia; a família e os serviais dormiam nus e no mesmo quarto. Banhavam-se nus e em grupo. O vocabulário sexual era muito extenso... . No século XVI, a língua francesa, possuía trezentas palavras para designar o ato sexual e quatrocentas para indicar as partes genitais...(5)

Porém, concomitantemente a essa liberação sexual, iremos também encontrar uma tendência moralizadora com o advento e ascensão da burguesia, que irá crescer ao longo dos anos e atingir o seu período mais repressor no século XIX, na era vitoriana.

As idéias repressoras que antecederam esta época encontraram eco em Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino, que por sua vez foram influenciados pelo apóstolo São Paulo: as três figuras importantes da Igreja Católica, que, de certa forma puderam ajudá-la com esta ideologia a ter controle político e de comportamento dos cidadãos.

Mas todavia ainda era um controle religioso, e se por um lado era exigido recato e repressão, por outro lado um comportamento sexual libertino grassava não só na comunidade como na própria Igreja: nos conventos, mosteiros e sacristias.

CHAUí justifica esta ambivalência:

(5) USSEL, J. van. *Repressão Sexual*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981, pp. 23-41.

"Apesar de cristianizada (batizada) e temente a Deus, fazendo dons à instituição eclesiástica para garantir a vida eterna, pois o Verdadeiro Reino não é deste mundo, a aristocracia européia possuía suas próprias idéias e práticas relativas ao casamento, muitas delas vindas de costumes antigos da Roma pagã e dos grupos "bárbaros" que invadiram o império romano.

Também os camponeses possuíam suas idéias e práticas, como, por exemplo, a relação sexual pré-conjugal para verificar a fertilidade da futura esposa (se estéril não havia casamento), coisa necessária numa época de alta taxa de mortalidade e de grande necessidade de braços para trabalhar na terra e fornecer homens para os exércitos nobres."

(6)

Este padrão de comportamento, largamente em prática até o Renascimento, foi cedendo terreno à tendência moralizadora citada anteriormente, e a partir do século XVIII iniciou-se o período de hegemonia de idéias puritanas e vitorianas.

(6) CHAUÍ, M. Repressão Sexual: Essa Nossa (Des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 93.

Cunha faz uma distinção entre o pensamento sexual dos puritanos e dos vitorianos, o que facilita a compreensão da repressão pós-Reforma:

"A diferença entre vitorianos e puritanos, é que estes valorizavam m o sexo e o amor apenas dentro do casamento; os vitorianos, numa volta para trás, achavam que, mesmo dentro do casamento, o sexo deveria ser restrito. Os vitorianos aceitavam o sexo exclusivamente para fins de procriação. Foi como uma volta aos ensinamentos dos três santos (São Paulo, Santo Agostinho e Santo Tomaz de Aquino).

Os puritanos não podiam falar abertamente de sexo mas os vitorianos evitavam até mesmo mencionar a palavra perna em frente a uma pessoa de outro sexo para evitar más interpretações. Os puritanos combinavam paixão com amor, sexo e romance dentro do casamento, mas os vitorianos tentaram abolir inteiramente a paixão sexual".(7)

A Era Vitoriana conseguiu que médicos e estudiosos

(7) CUNHA, P. F. L. da "A Longa História da Repressão Sexual" in Revista Psicologia em Curso, nº 8, out/dez. 1981, p.23.

disseminassem, através de suas obras, os ideais de repressão que adotava, onde davam respaldo científico à necessidade do controle sexual.

Lorde William Actons (1813-1975) e o médico alemão Richard Von Krafft-Ebing (1840-1903) expuseram teorias caracterizando a prática sexual como responsável por doenças: a perda do esperma e a masturbação levavam o indivíduo à loucura e provocavam doenças da pele e tuberculose; as mulheres eram criaturas assexuadas e não tinham orgasmo ; a sexualidade aberta levava ao crime; etc.

E muitos outros médicos, educadores, religiosos, através de seus escritos reforçaram a idéia de sexo como uma doença repugnante. Ainda hoje, por exemplo, mitos e tabus sobre masturbação, virgindade, e relações sexuais são impregnadas de conceitos pseudo-científicos de etiologia vitoriana. (MC CARY, 1978).

Foi neste contexto repressor que, em contra-partida, podemos considerar que o campo da sexologia e educação sexual teve seus mais expressivos estudiosos e defensores. Foi na época vitoriana que obtivemos estudos mais freqüentes e sistematizados da Sexualidade Humana, que contribuíram para o declínio da repressão (não a sua erradicação), mesmo que ainda em nossos dias a visão vitoriana da vida sexual exerça influência nos padrões e comportamentos sexuais e contribua para a etiologia de muitos problemas e conflitos de ordem psicológica.

O primeiro estudioso que se destacou foi Henry Havelock Ellis (1859-1939), conhecido por sua obra "Estudos da Psicologia do Sexo", em seis volumes, onde defendeu pontos de vista ousados e adiantados para o período em que foi publicada, entre 1896 e

1910. Considerava a masturbação um fenômeno comum, que o comportamento e respostas sexuais apareciam tanto em homens quanto em mulheres, que o orgasmo em homens e mulheres eram o mesmo, que a argumentação que a mulher não têm desejo sexual não era verdadeira, entre outras conclusões. Defendia a educação sexual e relações pré-maritais.

Sigmund Freud (1856-1939), o criador da Psicanálise, chocou o mundo com suas teorias sobre a sexualidade e as implicações que dela decorrem para o comportamento humano, o desenvolvimento da personalidade e para a origem de conflitos e distúrbios psicológicos.

Mas foi Wilhelm Reich (1897-1957) quem fez as mais ousadas propostas concretas relacionadas à educação sexual e ao bem estar sexual da população.

Reich abriu clínicas populares de orientação sexual e falava abertamente de contracepção, aborto e prazer sexual. Defendia a livre distribuição de anticoncepcionais e o controle de natalidade; defendia a liberdade de divórcio e a supressão da distinção legal entre casados e não-casados; pregava a completa abolição das proibições em relação ao aborto e a educação sexual como forma de eliminar as doenças venéreas e de prevenção de problemas sexuais.

Suas principais obras versando sobre sexualidade são "O Combate Sexual da Juventude" (1931), "A Irrupção da Moral Sexual Repressiva" (1931), "A Função do Orgasmo" (1927), "A Revolução Sexual" (1930) e "Casamento Indissolúvel ou Relação Sexual Duradoura" (1936).

Mais próximos de nossos dias estão os estudos de Alfred Kinsey (1894-1956), Willian Masters (1915-) e Virginia

Johnson (1925-) e Helen Singer Kaplan. São também conhecidos os trabalhos de Margaret Mead e Michel Foucault.

A Educação Sexual, propriamente dita, sistematizada e organizada de forma a ser ministrada em escolas e instituições, teve como país pioneiro a Suécia.

Se hoje, países como Inglaterra, Dinamarca e França têm programas de educação sexual bastante desenvolvidos, e no Brasil ensaia-se um avanço nesta área, a Suécia teve a educação sexual na escola recomendada pelo governo em 1942 e declarada obrigatória em 1956.

Já em 1770 a Suécia teve as primeiras conferências públicas sobre as funções sexuais. Porém, com o advento da era vitoriana também lá não se falou em tais temas. No começo do século XX, as primeiras pessoas a se manifestarem contra a "repressão" vitoriana foram as mulheres, que também acabaram estimulando a orientação sexual nas escolas suecas.

As primeiras reivindicações pleiteadas se referiam a informação livre sobre contraceptivos e o livre acesso a eles e o direito ao aborto em certas circunstâncias, ambas aprovadas em 1938. A terceira reivindicação era a já citada necessidade da educação sexual ser levada à escola, recomendada em 1942, tendo o governo editado manuais de guia para professores em 1945, 1956 e 1977, este último com cerca de 300 páginas e resultante de dez anos de estudo.

O Brasil, colonizado e influenciado pelos ideais europeus católicos e conservadores, irá reprimir a sexualidade e sua manifestação desde os primórdios da colonização portuguesa. A Igreja Católica defende a família patriarcal, com o homem detendo o poder absoluto e a autoridade ilimitada sobre a esposa, filhos,

empregados e escravos. A esposa, consagrada à administração da casa, tinha diante de si um mundo "anti-sexual" onde o "uso" da sexualidade era apenas destinado à reprodução. Desejo sexual e prazer eram considerados impróprios, e essa dicotomização vai perseguir a mulher ao longo dos séculos.

Da colônia ao Império, do Império à República, nada muda.

No Nordeste Brasileiro, por exemplo, no final do século XVI e início do século XVII, período em que esta região foi sacudida pela visita do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição,

"35,25% das mulheres envolvidas foram acusadas e confessaram práticas sexuais ou idéias sobre a sexualidade reprimidas pela Inquisição" (8).

No tempo do Império, um provérbio citado por GOLDBERG demonstra claramente o duplo preconceito da época:

"Branca pra casar, mulata pra foder e negra pra trabalhar!" (9)

(8) FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Vivência: História, Sexualidade e Imagens Femininas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 231.

(9) GOLDBERG, M. *Educação Sexual: Uma Poposta, Um Desafio*. São Paulo: Ed. Aruanda, 1981, p. 24

A mesma linha de repressão vitoriana que através do respaldo científico exigia o controle sexual, chegou ao Brasil no começo do século XX.

E, como na Europa, manteve-se firme e influente na sociedade brasileira ao longo dos anos, como afirmam Barroso e Bruschini:

"No começo do século, a supor pelo exemplo de uma tese defendida em 1915 no Rio de Janeiro, chegaram ao país algumas influências das correntes médicas e higienistas que vinham tendo sucesso na Europa. Apregoavam a necessidade de uma educação sexual que fosse eficaz no combate à masturbação e às doenças venéreas e que preparasse a mulher para desempenhar, adequadamente, seu nobre papel de esposa e de mãe"(10)

Os livros publicados a partir deste período, destinados à orientação sexual são expressões acentuadas da repressão vigente, como exemplifica CHAUÍ:

"Um exemplo dessa atitude aparece num livro de 1938, escrito por Oswaldo Brandão da Silva. Já na capa do livro observa-se algo

(10) BARROSO, C. e BRUSCHINI, C. Educação Sexual: Debate Aberto. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982, p. 19.

interessante. Lê-se: Iniciação Sexual - Educacional (Leitura Reservada). O autor procura, logo de início, esclarecer que não se trata de um livro pornográfico ou obsceno (de sacanagem, diríamos hoje), mas obra educativa. Pressupõe (e explicitará tal idéia no correr de todo o livro) a distinção entre um sexo ruim e um sexo bom, o que, em si mesmo, já é um exemplo de repressão interiorizada. Leitura Reservada. É que o livro se destina exclusivamente a meninos, aos jovens que possuam vontade o bastante para quererem aprendê-lo, pois se trata aqui de um método auto-educacional."(11)

Um outro livro publicado no Brasil, porém traduzido do francês, foi "A Serviço do Amor", de Edith Carnot e Dr. J. Carnot, com 6ª edição datada de 1959.

Na página de rosto lemos: A SERVIÇO DO AMOR. Desvendando os próprios mistérios fisiológicos da vida sexual para Moças Casadouras e mais ainda para Senhoras Casadas à luz da sã Psicologia e Moral. E na página seguinte há ainda mais duas observações significativas: 6ª Edição Feminina e Livro asseado, claro, decente.

(11) CHAUI, M. Repressão Sexual: Essa Nossa (Des) conhecida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 18.

Os vinte e um anos que separam as duas publicações citadas não serviram para que evoluíssem o pensar e as idéias a respeito da sexualidade, pois mesmo que os autores estivessem imbuídos de intenções nobres no sentido de educar e orientar o jovem, não podemos deixar de perceber o conteúdo repressivo por trás do educativo.

Na década de 60, mais precisamente entre os anos de 1963 e 1969, algumas escolas pioneiras tentaram implantar a orientação sexual nos programas para os alunos.

Eram escolas de orientação mais progressista, como o Colégio de Aplicação Fidelino de Figueiredo, orientado por Maria José Werebe e, na época, vinculado ao Departamento de Psicologia Educacional da USP (em São Paulo); os Ginásios Vocacionais, sob direção de Maria Nilde Mascelani (em São Paulo); o Grupo Escolar Barão do Rio Branco (em Belo Horizonte); os Colégios José Bonifácio e André Maurois (no Rio de Janeiro), este último criando um curso de orientação sexual a pedido dos próprios alunos.

Porém foram todas iniciativas abortadas em função da ideologia moralista defendida com o sucesso do Golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964. Usando argumentação como imoralidade, irresponsabilidade e inutilidade, pareceres contrários de Secretarias de Educação condenaram e proibiram os projetos de orientação sexual.

Em 1968, a deputada Júlia Steinbruck, do então MDB, apresentou projeto de lei à Câmara dos Deputados propondo a implantação da orientação sexual em todas as escolas do país. A Comissão de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura, porém, rejeitou o projeto, e a argumentação não pode deixar de

ser analisada aqui, pois reflete não só a tradicional repressão como favorece um recuo em matéria de educação sexual, sobretudo nos estados onde esta prática começava a se desenvolver mais, já que este parecer serviu de justificativa para a repressão aos projetos então existentes.

Citado por vários autores, dentre eles Barroso e Bruschini (Educação Sexual Debate Aberto, p. 21) e Goldberg (Folha de São Paulo, 26/7/1982, p. 11), este parecer foi melhor detalhado na obra "Retrato do Brasil".

Na primeira parte do parecer, tem a palavra um representante do pensamento religioso:

"Para o padre Francisco Leme Lopes, integrante da Comissão, a iniciação sexual, para ser verdadeiramente eficaz, no dizer unânime de psicólogos e pedagogistas, requer um complexo de qualidades e entre elas um respeito e amor à pureza de cada aluno, que fôra ingenuidade esperar encontrar-se em cada professor ou professora. Na maioria dos casos, o efeito seria desastroso e os escândalos começariam bem cedo a contaminar as escolas com incrível prejuízo para a saúde, higiene e moral das novas gerações".(12)

(12) RETRATO DO BRASIL. São Paulo: Política Editora, vol. I, 1985 p. 166.

Na segunda parte do parecer, tem lugar um pensamento militar carregado de um romantismo pueril conservador:

"O ~~almirante~~ Benjamin Sodré diria que a expressão educação sexual deveria ser substituída por educação da pureza, pois a inocência é a melhor defesa para a pureza e a castidade. Não ensinar materialmente como a procriação se procede para o homem e a mulher, mas antes exaltar o que caracteriza o sexo masculino: caráter, coragem, respeito e amor, que sem egoísmo, mais dá do que recebe. E do sexo feminino: a delicadeza, a bondade, a pureza, a confiança, indo até a doação, o casamento e a maternidade. Segundo o ~~general~~ Moacir Araújo Lopes, também da Comissão, não se abre à força um botão de rosas, e sobretudo, com as mãos sujas."(13)

Deixo para os psicanalistas a interpretação do parecer...E para os estudiosos das áreas de Psicologia Social ou Antropologia a pesquisa dos motivos que levaram os detentores da ideologia dominante no período pós-64 de serem tão ambivalentes no tratamento às questões sexuais na sociedade brasileira.

(13) Ibidem, p. 166.

O discurso conservador de 64, embora não pudesse acabar definitivamente com as mudanças no comportamento sexual na sociedade, contribuiu significativamente para abortar o que de melhor estava nascendo junto com essas transformações: a orientação sexual.

Quase três décadas após a deflagração do Golpe de 64 o brasileiro assiste as transformações que eram inaceitáveis em anos anteriores, porém, a resistência à implantação de programas de orientação sexual continuam e não são muitas as brechas encontradas.

Fermite-se a pornografia, mas quaisquer tentativas mais efetivas de implantação de educação sexual são desestimuladas ou postergadas o máximo possível.

Mas mesmo com os riscos da repressão, o desenvolvimento de projetos de orientação sexual continuou em algumas instituições, conforme mencionam Maria José Werebe ao referir-se a uma sondagem realizada no IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, em São Paulo, no ano de 1976: eram ao todo 56 trabalhos.

Pouco, para uma área que dez anos antes estava em pleno desenvolvimento. Mas estimulador porque demonstrava que nem tudo estava perdido. Era o início do retorno a esse trabalho, que com a distensão política do presidente Geisel ganhou nova força.

Em 1978/79 a Prefeitura de São Paulo promoveu um projeto piloto de orientação sexual nas escolas da rede municipal, ampliando posteriormente para vinte escolas. E a partir de 1980, também a Secretaria de Educação do Estado, através do CENP-Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas-desenvolveu todo um planejamento visando a implantação definitiva

da orientação sexual nas escolas estaduais paulistas.

São ainda, porém, experiências incomuns e não adotadas por todas as unidades da Federação, não obstante a mudança dos padrões sexuais, a divulgação acentuada da pornografia e o alerta de Psicólogos e Educadores para a necessidade de esclarecer a população, e particularmente o jovem, no tocante a sexualidade.

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A Educação Sexual, na década de 80 tem sido objeto de investigação e estudo por parte de especialistas, principalmente aqueles ligados à Psicologia e a Educação, que têm sentido a necessidade de um esclarecimento à população em relação a sexualidade.

A abertura política por que passou o Brasil neste início de década trouxe significativas implicações no campo da sexualidade. Ao mesmo tempo que o povo fazia reivindicações políticas, escolhia seus governantes e saía às ruas na campanha "Diretas Já", as revistas "eróticas" publicavam, as até pouco tempo proibidas, fotos frontais de mulheres e homens nus, os cinemas exibiam filmes com cenas do chamado "sexo explícito" e as lojas conhecidas por "sex-shops" apareciam nas grandes cidades.

A liberação sexual trouxe novos comportamentos, questionando preconceitos, derrubando tabus e abalando sólidas tradições conservadoras, ainda que, como discuto adiante, quase sempre mantendo posturas ambivalentes

A crise econômica levou a mulher para fora do lar, e ao mesmo tempo que ela participa da disputa do mercado de trabalho, reformula suas idéias e atitudes no tocante à sua independência financeira e social, que a leva a se libertar dos padrões culturais e sexuais que a reprimiam.

O advento das pílulas anticoncepcionais, sua difusão e aceitação pelas mulheres que não desejavam uma gravidez não planejada é outro aspecto relevante que merece ser mencionado, pois ele eliminou o receio de relacionamentos sexuais extra e pré-conjugais que pudessem resultar numa gravidez. Os contraceptivos orais deram importante contribuição para a liberalização sexual.

Se antigamente não se podia falar em sexo, já que era assunto sempre ligado a pecado, vergonha, sujeira, e portanto que não deveria ser tematizado, hoje os jovens não só podem falar abertamente, como têm acesso às mais variadas fontes de informação e de "desinformação". Mas, ainda assim, é um assunto que não se fala naturalmente como qualquer outro; os risos, as gozações e as reprimendas normalmente acompanham a maioria das manifestações verbais envolvendo sexo.

A liberalização sexual, decorrente de um afrouxamento do autoritarismo e das mudanças das normas e padrões culturais, leva a sociedade a um aumento da divulgação de material que sugere diferentes modos de encarar a sexualidade e com ela lidar, sem que sejam preenchidas as necessidades dos jovens, perdidos entre uma moral até então repressora e uma nova conduta que diz ser liberal e permissiva. Ambivalente e contraditória a sociedade acaba limitando a expressão da sexualidade do jovem.

Os valores e a história de vida que acompanham o indivíduo desde a infância, estão de tal modo incorporados que

difícilmente o jovem consegue viver sua sexualidade sem os tabus, os conflitos e os sentimentos de culpa em consequência do confronto entre estes valores e os que a sociedade oferece hoje, entre as regras e o desejo.

Diversos autores têm realizado estudos onde demonstram a relação entre os problemas sexuais de um indivíduo e as regras e valores sócio-culturais. A repressão sexual é sócio-cultural, impõe regras e normas e leva ao estabelecimento de juízos de valores de acordo com os costumes de determinada época. (GRACIANO, 1978; USSEL, 1980; NUNES, 1987).

Ao longo da evolução da Sexologia, a relação entre comportamento e repressão da sexualidade foi analisada por Freud, Reich, Foucault e outros. No Brasil, Marilena Chauí e Marta Suplicy têm publicado obras que refletem esta questão.

Não posso deixar de considerar que vivemos numa sociedade de consumo onde se valoriza em demasia o superficial, o aparente. Ensina-se a levar vantagem em tudo e até encarar o outro como alguém para ser usado para se atingir um objetivo. O pensar é condicionado e os nossos televisores são saturados de programas e propagandas solicitando que o expectador compre... leve... experimente... faça isso... faça aquilo.... E o ouvinte é levado a fazer o que a TV propõe. O jovem segue as novas regras sem nenhum questionamento, apenas porque alguém sugere que isto é bom ou ruim, porque todo mundo faz ou porque está na moda.

"Filmes e revistas pornográficas querem realizar o sonho de chegar ao sexo de uma forma fácil, instantânea, sem nenhum tipo de opção: Não existem bloqueios, culpa ou

rejeição. Confundem desejo com satisfação. Nossa sociedade incentiva a dissociação esquecendo que a sexualidade existe fundamentalmente para preencher uma necessidade básica do homem: dar e receber prazer e relacionar-se mais íntima e significativamente com alguém". (14)

Recebendo informações distorcidas ou causadoras de dúvidas, o jovem não encontra espaço onde possa debater estas dúvidas e suas ansiedades, refletir sobre seus valores e conflitos, o que contribui para não conseguir viver sua sexualidade sem medo e sem culpa.

É aí que a escola poderia se tornar um campo propício a Orientação Sexual, um lugar onde, além de receber informações mais completas, os alunos pudessem pensar, questionar, raciocinar e estabelecer juízo de valores. Distorções trazidas desde a infância poderiam ser esclarecidas ou corrigidas.

SUPLICY analisa um aspecto importante que salienta a necessidade de se desenvolver programas de Orientação Sexual nas escolas:

"A criança chega à escola com todo o tipo de falta de informação e geralmente com uma

(14) MATARAZZO, M. H. "A Geografia do Filme Pornô" in Revista Psicologia e Comportamento. São Paulo: MKM Editores, nº 1, Março/Abril de 1984, p. 54.

atitude negativa em relação ao sexo. As dúvidas, crendices e posições negativas são transmitidas aos colegas. Quer nós queiramos ou não, a educação sexual está acontecendo nas escolas. Atrás das portas, nos banheiros, nos grafites, na pornografia e através de atitudes de professores que não tem o menor preparo para lidar com esse tipo de solicitação."(15)

E não é só a criança que enfrentará problemas, também o adolescente participa na escolha do rol de atitudes preconceituosas envolvendo questões sexuais:

"Compreender a necessidade sexual do jovem não implica permitir a libertinagem, mas facilitar o contato são e confiante dos jovens de ambos os sexos. Acampamentos, clubes juvenis, trabalhos de jovens em comum, são a matriz para uma sociedade pujante, feliz e criadora. A sexualidade é criativa, e é esse impacto juvenil que temos que recolher para aceitar o amor, a confiança nas estruturas familiares, a fidelidade como expressão de união e a potência geradora que significa a

(15) SUPLICY, M. Conversando Sobre Sexo. São Paulo, Círculo do Livro, s/d., p. 38.

genitalidade sublimada e adequadamente canalizada."(16)

É importante para o desenvolvimento integral do jovem que lhe sejam oferecidos espaços onde possa obter uma orientação segura de como expressar sua sexualidade.

Além da escola, já citada, também nos postos de saúde deveria haver uma "brecha" onde um esclarecimento médico-fisiológico dado por uma equipe para tal habilitada contribuiria para o jovem (e para a comunidade em geral) entender aspectos da reprodução humana, contracepção, planejamento familiar, doenças venéreas, menstruação, anatomia dos órgãos sexuais, etc.

Os meios de comunicação, principalmente a televisão, seriam eficazes se fossem, por seu intermédio, difundidos programas e informes que ajudassem o jovem a amadurecer idéias e a encontrar um caminho que o levasse a uma vivência sexual plena e saudável.

Investir na Educação Sexual é investir no crescimento global do indivíduo e aprimorar as relações humanas. Já é hora de nossas autoridades governamentais deixarem de acusar a Educação Sexual de ser imoral e de corromper os bons costumes. (Veja capítulo "História da Educação Sexual", pp. 24-25).

É como diz KNOBEL:

(16) KNOBEL, M. "Desenvolvimento Social e Psicológico do Adolescente" in KNOBEL, M. & SAIDENBERG, S. *Psiquiatria e Saúde Mental*. São Paulo: Autores Associados, 1983, p. 286.

"As restrições autoritárias não fazem mais que conduzir ao desafio absurdo e rebelde dos jovens, que só conhecem da sexualidade a sua face mais denegrida, que é a que os adultos insistem em mostrar. A compreensão e confrontação franca da sexualidade, avaliada por conduta sexual amorosa no seio da família, é a que permitiria um manejo adequado do que é biopsicológicamente consubstancial com a juventude e a maturidade do homem e da mulher". (17)

Torna-se necessário abordar a educação sexual criticamente, de forma que ela reflita a sexualidade partindo de um enfoque sócio-cultural, passando pelo psicológico até chegar aos aspectos fisiológicos, sempre levando em consideração a importância fundamental do diálogo, ampliando o senso crítico e a visão de mundo do jovem, permitindo discussões e debates.

GOLDBERG chama de educação sexual combativa:

"Ela procura mostrar que o fundamental é participar das lutas que travam hoje, no Brasil e no mundo, pela transformação dos

(17) Ibidem, p. 286.

padrões de relacionamento sexual (...) meu credo pedagógico diz que a educação sexual só poderá contribuir realmente para a mudança dos padrões de relacionamento sexual se for uma prática de:

1º) Autonomia, isto é, de desenvolvimento de atitudes e valores próprios e da consciência de que cada um pode e deve fazer escolhas pessoais e responder por elas.

2º) Participação em lutas coletivas...

3º) Denúncia e produção de alternativas concretas. A transformação pressupõe a crítica do presente à luz do passado - mas exige também a criação do futuro."(18)

Porém, para atingirmos este objetivo, sem cairmos no erro de reduzir a educação sexual ao aspecto informativo biológico e moralista, é essencial que haja uma preocupação primeira com a formação daqueles profissionais (psicólogos, professores, orientadores educacionais, etc.) que irão trabalhar na área.

A ênfase dada pelos programas de orientação sexual e a

(18) GOLDBERG, M.A.A. Educação Sexual: Uma Proposta, Um Desafio. São Paulo: Aruanda, 1982, pp. 11-12.

grande maioria dos textos e trabalhos se voltam para como trabalhar com o aluno: o que fazer, como fazer, quais os problemas que ele enfrenta, etc. É difícil encontrarmos material de fácil acesso para reflexão crítica dos profissionais que pretendam atuar em Orientação Sexual. E tampouco questiona-se a necessidade da pessoa se sentir bem para falar do assunto. Como, por exemplo, um professor irá abordar sem preconceitos temas sexuais e tratar com naturalidade questões levantadas pelos alunos, se ele mesmo não está à vontade com sua própria sexualidade?

Antes dos alunos, os professores e técnicos em Educação necessitam debater suas dúvidas e angústias, refletir sobre seus valores e conflitos, questionar seus tabus e preconceitos.

BARROSO e BRUSCHINI traçam o seguinte perfil para o orientador sexual:

"...fundamental é que o orientador tenha uma atitude positiva e sadia em relação à própria sexualidade, pois só assim ele será capaz de tratar com naturalidade as questões que serão levantadas." (19)

Daí que a formação crítica e adequada irá contribuir para moldar o perfil e o papel mais adequados ao orientador sexual, que como qualquer outro educador, é agente transformador

(19) BARROSO, C. e BRUSCHINI, C. Sexo e Juventude: Um Programa Educacional. São Paulo: Brasiliense, 1983 p. 10

e multiplicador de valores e comportamentos dos indivíduos, grupos e da sociedade como um todo.

As colocações de SUPPLY sobre a ética para o orientador sexual merecem atenção, pois apontam a direção mais adequada, a meu ver, para a ação da Orientação Sexual na Escola:

"Toda sociedade tem dois tipos de valores: os universais e os alternativos. Os universais são os que a maioria das pessoas devem respeitar para que a sociedade funcione, são os valores fundamentais daquela sociedade (não roubar, não matar, etc.). Os valores alternativos são aqueles que não precisam ser compartilhados por todos os membros de uma sociedade.

Muitos de nossos valores em relação ao sexo - antes considerados universais, uma vez que todos deveriam prestar cega obediência - agora se tornaram alternativas éticas e permitem ver essa capacidade de escolha que o educador deve se dirigir. (...) A responsabilidade do educador é a de preparar seus orientandos para tomar suas próprias decisões entre uma variedade de alternativas concorrentes, sempre tendo como orientação os valores unânimos de uma sociedade democrática: 1) A Honestidade (...); 2) Ausência de exploração (...); 3) Respeito pela integridade do outro. Pela condição do outro; 4) Respeito

por si mesmo; 5) Igualdade de direitos entre o homem e a mulher."(20)

Penso que o orientador sexual deve, antes de mais nada, acreditar em sua proposta, na necessidade de se levar para a sala de aula o debate sobre sexo e sexualidade. Desta forma, deve ser uma pessoa coerente com a sua proposta, que não tente passar modelos e sim analisar com os alunos as diferentes situações e visões que existem sobre o tema. Ser verdadeiro sem se achar portador da verdade absoluta. Deve ter conhecimento sobre o assunto sem ser onipotente e ter sensibilidade para perceber as necessidades dos alunos e procurar elaborar um programa que vá ao encontro destas necessidades e das expectativas destes alunos.

O processo deve ser de troca e não de informação-recepção unilateral. A filosofia de trabalho deve ser guiada pela busca de desmistificação dos estereótipos sexuais (por exemplo, o machismo e a pré-determinação dos papéis sociais em função de cada sexo; a dupla moral sexual; a discriminação social pelo fato de se ser mulher), através da procura do equilíbrio entre posições radicais de extrema moralidade ou vulgaridade.

Sem todos estes cuidados, estaremos formando técnicos que reproduzem normas e regras de como viver a sexualidade, que passam informações sobre a biologia sexual, mas não debatem, questionam e relacionam as implicações sócio-culturais na

(20) SUPLICY, M. "Educação Sexual: Verdade ou Moral? in: Folha de São Paulo, 14/06/81, p. 3.

formação dos valores e das normas e padrões sexuais, não lidam com o desejo, a repressão e a culpa na formação dos conflitos.

Dois autores reforçam este posicionamento.

VASCONCELOS nos dá uma dimensão ampla da educação sexual, uma visão antropológica que envolve a cultura e as relações sociais:

"Educação Sexual é abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e moral, que não apanham a sexualidade naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor."(21)

(21) VASCONCELOS, N. *Dogmatismos Sexuais*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971, p. 111.

E NUNES une a sexualidade à afetividade, dando esta dimensão de educação sexual:

"Só é possível uma educação sexual nesta perspectiva dupla: de um lado crítica de todas as construções, significações e modelos históricos e sociais, que envolvem as proibições, os interditos e permissões; e de outro o pessoal, o efetivo, o existencial, que a educação tecnicista tende a sufocar num discurso objetivo e distante. Ao educador que se ocupar desta questão está o desafio de encontrar o justo meio de transmitir esta contradição de maneira honesta e significativa."(22)

Pensar a Educação Sexual nestes termos é promover o indivíduo e estimular as relações humanas, pois a afetividade é valorizada e a cultura e as relações sociais são apresentadas como esferas ativas na questão da sexualidade, possibilitando a discussão de padrões e conflitos, promovendo um estilo de vida pessoal que inclua o respeito e atitudes responsáveis em relação ao outro.

(22) NUNES, C. A. *Desvendando a Sexualidade*. Campinas:Papirus, 1987, p. 18.

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA: O QUE PENSAM ALGUNS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Em novembro de 1985 apresentei juntamente com Vera P. V. Virdes, no III Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, o resultado de um levantamento feito na região de Campinas, SP., junto aos Supervisores de Ensino, lotados na Divisão Regional de Ensino de Campinas, sobre a questão da Educação Sexual.

Foram entregues questionários aos 170 supervisores das cidades de Campinas, Mogi Mirim, Pirassununga, Casa Branca, Limeira, Piracicaba, Amparo, São João da Boa Vista, Rio Claro, Bragança Paulista, Jundiaí e Americana.

Embora este "survey" (levantamento de opinião) com os supervisores date de alguns anos atrás, lanço mão de suas opiniões para ilustrar este Ensaio e por serem respostas que refletem o que acontece em grande parte das escolas quando se trata de questões ligadas à sexualidade. E também para reforçar minhas idéias a respeito da Educação Sexual e da formação de profissionais para trabalharem na área. Já que um dos pontos de

partida para escrever este texto é o cotidiano das escolas e a relação professor-escola-sociedade.

A título de esclarecimento, informo que dos 170 (cento e setenta) supervisores da DREC, 118 (cento e dezoito) nos enviaram respostas, correspondendo a 69,41% do total de profissionais que receberam o questionário.

O questionário procurava indagar em cinco perguntas abertas a opinião destes educadores no tocante a:

- a) Relevância da Execução de um Programa de Orientação Sexual nas Escolas;
- b) Existência de Trabalhos de Orientação Sexual sendo desenvolvidos em escolas sob sua supervisão;
- c) Se existe algum trabalho, quem desenvolve e como é desenvolvido;
- d) Sua opinião de como deveria ser desenvolvido um Trabalho de Orientação Sexual e quem deveria desenvolvê-los; e
- e) Quais os problemas relacionados à sexualidade e comportamento sexual existentes na escola.

Foram criadas categorias de respostas a partir das opiniões dadas pelos supervisores de forma a agrupar respostas semelhantes. Como o questionário continha questões abertas, um mesmo sujeito pode ter dado uma resposta onde apareça mais de uma categoria.

A maioria dos supervisores (88,99%) é favorável à execução de um programa de Orientação Sexual nas escolas; o número de supervisores contrários à questão é pequeno (8,47%).

As justificativas favoráveis à implantação de um programa de orientação sexual foram agrupadas em 8 (oito) categorias (veja Quadro 1). A que recebeu o maior índice percentual refere-se à orientação sexual à nível de prevenção, ou seja, para evitar conseqüências negativas na vida do aluno, decorrentes de um aprendizado inadequado ou incorreto.

Os supervisores também acham que esta orientação é uma necessidade atual para as crianças e jovens, alegando que nos dias de hoje é grande a influência exercida pelos meios de comunicação, os quais passam uma imagem e um modelo de comportamento sexual que trazem conflitos para os indivíduos.

Há também uma preocupação por parte deles em relação aos tabus e preconceitos, que impedem qualquer diálogo espontâneo e natural. Professores e alunos têm atitudes preconceituosas em relação ao sexo, em relação a determinados padrões considerados "avançados".

Contribuir para a formação pessoal do jovem foi outra justificativa citada, pois entendem o sexo como integrante da vida global do indivíduo, agindo significativamente na parte afetivo-emocional de cada um.

As outras justificativas que surgem são mencionadas bem menos vezes (veja Quadro 1): os alunos são desinformados ou possuem informações distorcidas; os pais são omissos ou estão despreparados para orientar seus filhos; há muitas informações anti-educativas que chegam ao aluno. Com isto, dizem, a orientação sexual na escola só tende a ser positiva.

As justificativas citadas contra a execução da orientação sexual na escola refletem uma concepção preconceituosa no tocante à sexualidade, porém, se procurarmos analisá-las de

encontro à realidade educacional brasileira e à dupla e hipócrita moral tão arraigada na população, não deixam de ser aspectos para considerarmos na execução de qualquer projeto de orientação sexual: "a sociedade não está preparada para tal programa", onde aparece a argumentação de que os pais dos alunos não aceitariam um programa de orientação sexual na escola e que os profissionais orientadores não teriam capacidade para lidar com tal assunto, pois estão imbuídos de valores pessoais que poderiam influenciar os jovens; a outra justificativa contrária é que, "no momento, existem outras áreas prioritárias". E uma terceira é que "orientação sexual deve ser função da família, com nenhuma ligação aos estabelecimentos de ensino."

Afinal, se a escola é autoritária, como ser liberal ou aberta para a orientação sexual? Se os pais tem medo e vergonha em falar de sexo, se batem no filho ou não o deixam falar, irão aceitar o diálogo a partir da proposta da escola? E se o ensino no país está mal, os professores não são bem remunerados, não existem escolas suficientes, os professores são mal-formados, como pensar em mais uma atividade?

Quase 70% dos supervisores (Quadro 2) afirmaram não haver trabalhos sendo executados nas escolas sob sua supervisão. Comparem com o Quadro 1 onde quase 90% considera relevante a execução de trabalhos de orientação sexual nas escolas.

QUADRO 1

RELEVÂNCIA DA EXECUÇÃO DE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS
ESCOLAS

	SIM	88,99%
	NÃO	8,47%
	EM BRANCO	2,54%
	TOTAL	100,00%
	Orientação Sexual a Nível de Prevenção	22,62%
	Orientação Sexual como Necessidade Atual	11,90%
	Quebra de Tabus e/ou Preconceitos	10,71%
	Para a Formação Pessoal do Aluno	10,71%
	é Função da Escola	9,52%
	Desinformação dos Alunos	9,52%
	Omissão dos Pais	9,52%
	Influências Anti-educativas	8,34%
	A sociedade não está preparada	3,58%
	Existem outras áreas prioritárias	2,39%
	Não é relevante por ser função da família	1,19%
	TOTAL	100,00%

QUADRO 2

EXISTÊNCIA DE TRABALHOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL SENDO DESENVOLVIDOS
EM ESCOLAS SOB SUA SUPERVISÃO

	NÃO	67,80%
	SIM	27,96%
	EM BRANCO	4,24%
	TOTAL	100,00%

Acompanhem, agora, os quadros 3 e 3-A:

Nas escolas onde existe orientação sexual, quem geralmente desenvolve o trabalho é o professor de 1^o e 2^o graus (46,43%). Alguns supervisores especificaram que tal professor é da área de Ciências Biológicas (17,86%). Veja, portanto, que o profissional que mais lida com orientação sexual na escola é o professor - 64,29%!

Vamos ter ainda a atuação do médico ou enfermeiro (10,72%), do psicólogo (7,14%) e orientadores de saúde, diretores e monitores de Ciências das Delegacias (um índice percentual mínimo).

Os trabalhos são desenvolvidos, na sua maioria, de forma não sistematizada, sendo oferecidos à clientela ocasionalmente (41,18%), ou seja, o professor é solicitado e desenvolve algum programa. Palestras ou filmes eventuais são também utilizados (41,18%) e nas escolas onde é o professor de Ciências quem executa a orientação sexual, o trabalho é feito através das Áreas de Ciências Biológicas ou Programa de Saúde (17,64%).

Ou seja, ainda não existem trabalhos organizados que façam parte do currículo, que sejam considerados como uma atividade do dia-a-dia do estabelecimento de ensino.

I D	IQualquer Professor	46,43%
I E	IProfessor de Ciências Biológicas	17,86%
I S	IMédico Enfermeiro	10,72%
IQ E	IPsicólogo	7,14%
IU N	IMonitor de Ciências	3,57%
IE V	IDiretor	3,57%
IM O	IDorientador de Saúde	3,57%
I L	INão Especificaram o Profissional	7,14%
I V		
	TOTAL	100,00%
I E		

COMO é DESENVOLVIDO	De Forma não Sistematizada	41,18%
	Palestras, Filmes ou Slides	41,18%
	Através das Áreas de Ciências Biológicas ou Programa de Saúde	17,64%
	TOTAL	100,00%

"Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões

concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito - o narrador, e objetos pacientes, ouvintes - os educandos. (...). Na concepção bancária a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos; não se verifica nem pode verificar-se a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos(...). A educação bancária mantém e estimula a contradição."

(23)

Talvez a maneira como a orientação sexual esteja sendo desenvolvida não satisfaça os supervisores, pois nota-se uma preocupação no sentido de organizar programas com qualidade e senso crítico, como demonstram os resultados dos Quadros 4 e 5.

Como deveria ser desenvolvido um trabalho de orientação sexual e quem estaria mais preparado para executá-lo?

Há uma preocupação muito grande para que orientador sexual seja habilitado para o trabalho, ou seja, que receba um treinamento adequado para poder desenvolver sua função (40,66%). Para estes supervisores, qualquer profissional da área de Educação ou Saúde que fosse habilitado poderia trabalhar com orientação sexual.

(23) FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz de Terra, 1980, pp. 65-70

Há também uma preocupação muito grande para que a família do educando seja envolvida no trabalho (33,34%). Outras idéias dadas foram para que os trabalhos fossem cientificamente planejados e com treinamento para os orientadores (15,69%), que complementa a preocupação citada em primeiro lugar; que fossem utilizadas as aulas de ciências (14,71%); que fossem a nível curricular (11,76%); e em menor índice, mas nem por isso menos importantes, sugeriram a utilização de filmes e palestras, aconselhamento individual, envolvimento de toda a comunidade escolar, complementação à educação familiar e desenvolvido de acordo com a faixa etária.

Dos profissionais considerados ideais para executarem o programa, o professor, obteve 30,77% das preferências e o psicólogo 10,99%, sendo que a maioria, conforme já citado, exige apenas a habilitação adequada para qualquer profissional interessado. Dos professores, 16,48% são respostas específicas para o professor de Ciências Biológicas.

QUADRO 4

QUEM DEVERIA DESENVOLVER O TRABALHO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Qualquer Profissional Com Habilitação		40,66%	
Professores		30,77%	
Psicólogos		10,99%	
Outros *		17,58%	
TOTAL		100,00%	

* Percentual muito pequeno, para estas opções citadas individualmente: Médico, Enfermeiro, Orientador Educacional, Pais, Equipe Multidisciplinar, Padre, Professor de Educação Física e toda Equipe da Escola.

QUADRO 5

COMO DEVERIA SER DESENVOLVIDO O TRABALHO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Envolvendo a Família	33,34%	
Cientificamente Planejado e Com Treinamento do		
Orientador	15,69%	
Nas Aulas de Ciências	14,71%	
A Nível Curricular	11,76%	
Com Filmes e Palestras	4,90%	
Aconselhamento Individual	3,92%	
Envolvendo Toda a Comunidade Escolar	3,92%	
De Acordo com a Faixa Etária	2,94%	
Complementando a Educação Familiar	2,94%	
Organizado a Nível da Realidade Escolar	2,94%	
Não Obrigatório	1,96%	
Como Atividade Extra-classe	0,98%	
TOTAL	100,00%	

As respostas dadas não são excludentes, pois se tratando de perguntas abertas, as respostas são dadas de forma subjetiva e de acordo com o entendimento do sujeito. Assim seria possível obter idéias mais variadas e a partir da concepção do profissional entrevistado sem a contaminação do pesquisador.

Uma última pergunta refere-se aos problemas relacionados à sexualidade e ao comportamento sexual existentes nas escolas. Afinal, se existem problemas, isto reforça a necessidade da implantação de projetos da área nos estabelecimentos de ensino. (Veja Quadro 6)

QUADRO 6

PROBLEMAS EXISTENTES NAS ESCOLAS RELACIONADOS À SEXUALIDADE E
COMPORTAMENTO SEXUAL

Desinformação ou Informações Distorcidas por Parte dos Alunos	27,13%
Problemas de Conduta por Parte dos Alunos	15,42%
Atitudes Preconceituosas de Alunos e Professores	13,82%
Homossexualismo	12,23%
Falta de Habilitação e Despreparo do Professor	7,45%
Gravidez Precoce	6,91%
Pornografia	4,79%
Omissão ou Despreparo da Família	3,72%
Omissão ou Despreparo da Escola	3,19%
Masturbação	2,13%
Fixações em Banheiros	1,59%
Relações Sexuais na Escola	1,07%
Aborto	0,55%
TOTAL	100,00%

Num primeiro momento vou fixar-me no que os supervisores consideram "problemas", mesmo que haja idéias preconceituosas embasando as respostas. E como os problemas citados não se restringem aos alunos, mas aos professores e à escola como um todo, e refletem toda uma visão da sociedade, penso que a partir daí poderei traçar diretrizes defendendo uma postura menos preconceituosa.

O maior índice percentual refere-se a desinformação ou informação distorcida que o aluno recebe no seu dia-a-dia (27,13%). Depois vem problemas de conduta por parte dos alunos, ou seja, quaisquer comportamentos considerados inadequados, como problemas psicológicos, de disciplina, palavrões, malícia e desvios sexuais (voyeurismo e exibicionismo). Há casos especificados como o homossexualismo (14,29%), a gravidez precoce (8,07%) e a pornografia (5,59%).

Tanto a nível de professores quanto de alunos foram levados em consideração as atitudes preconceituosas que estes adotam frente ao sexo (13,82%) que prejudicam a iniciativa para o desenvolvimento de qualquer trabalho. Também foram mencionados a falta de habilitação e despreparo do professor, a omissão ou despreparo de família e a própria omissão ou despreparo da escola, a qual tem medo de enfrentar o preconceito da comunidade.

Considerando um levantamento de dados a nível qualitativo, já que as respostas dadas pelos supervisores são importantes para este trabalho não pela frequência com que aparecem, mas em função da reflexão que podemos fazer ao relacionarmos a tríade sociedade-escola-educação sexual, pode-se concluir num primeiro momento que mais uma vez está sendo reforçada por um grupo de educadores a necessidade da orientação sexual chegar à escola.

Digo mais uma vez porque a comunidade científica tem desenvolvido inúmeros trabalhos de pesquisa e teses, instituições voltam os olhos para a necessidade da orientação sexual e dezenas de livros têm sido publicados.

ORIENTAÇÃO SEXUAL LOCALIZADA: ONDE? COMO? POR QUÊ?

A escola está sendo a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e pela sociedade em geral como sendo o campo fértil e ideal para se dar orientação sexual. Mesmo com barreiras levantadas por setores contrários a esta prática, a idéia tem-se difundido e conseguido apoio e defensores até nas áreas governamentais, haja visto as próprias iniciativas de Secretarias de Educação.

Barroso e Bruschini (1982), Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo (1983), Suplicy (1983), são alguns exemplos.

É necessário, porém, levar em consideração, os problemas educacionais do país e a própria ideologia do ensino, com uma visão meramente informativa de educação, preocupada mais em levar ao aluno conhecimentos teóricos, conceitos e definições, o que Paulo FREIRE chama de "educação bancária" (24), do que contribuir para a sua formação global, crítica e criativa.

(24) FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970, pp. 65-87.

A orientação sexual inserida na escola sem uma preocupação com a problemática geral da instituição educacional, sem a adequada ,reparação da comunidade escolar para receber em seu meio uma nova abordagem em educação que foge do conteúdo tradicional, e sem profissionais com formação específica para trabalhar nas escolas, será no máximo, informação sexual, a pura e simples reprodução de definições e conceitos que deveriam ser dados nas aulas de Biologia.

Os valores de cada pessoa, na maioria das vezes preconceituosos, carregados de culpa e complexos, não podem ser deixados de lado. Treinamento à base de informações, de regras de "como fazer", e dado em algumas semanas, é totalmente insuficiente para levá-la a questionar estes valores, a repensar as atitudes preconceituosas e a adotar posturas de neutralidade que impeçam os jovens de acreditar que o orientador sexual seja o dono da verdade.

Os preconceitos e tabus sexuais, as atitudes inadequadas que as pessoas têm em relação às questões sexuais e como os indivíduos se comportam em função de valores carregados de complexos foram estudados por McCary (1978) e podem corroborar esta posição.

Considerando como verdadeiro o pensamento de NIDELCOFF

"A escola que o povo recebe é muito mais a escola que os professores organizam com sua maneira de ser, de falar e de trabalhar, do que a escola criada pelos organismos

ministeriais e pelos textos escolares. "(25).

que não vão adiantar muitos programas oficiais de orientação sexual sem a participação efetiva dos professores e funcionários (não no planejamento teórico dos programas, que de certa forma, às vezes atabalhoada, tem contado com representantes de todos os níveis da hierarquia educacional, mas na implantação dos mesmos nas escolas).

Então, num momento que antecede a implantação do programa de orientação sexual numa escola, deve-se desenvolver ciclos de debates com a equipe daquele estabelecimento (diretores, professores, técnicos, funcionários), visando informar e mostrar o que se pretende fazer. Penso que o ideal são grupos de 15 a 20 pessoas se reunindo uma vez por semana durante todo um semestre, debatendo temas ligados aos problemas do jovem, recebendo informações sobre anatomia e fisiologia sexual humana e questionando tabus e preconceitos. É a escola se preparando para receber o orientador sexual, que tanto poderá ser alguém saído da própria escola, quanto um profissional novo, indicado para fazer parte do corpo de profissionais daquela escola.

Estes ciclos de debates que proponho não visam a formação de orientadores sexuais, mas sim criar um ambiente

(25) NILDECOFF, M. T. *Uma Escola para o Povo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 19.

receptivo e favorável à orientação sexual e permitir que atitudes preconceituosas não minem o programa.

Trabalho num esquema próximo a este foi realizado no Projeto de Orientação Sexual da Secretaria Municipal de Educação (1979), cuja preocupação básica no preparo de professores e orientadores educacionais era:

"realizar um treinamento que permitisse desbloquear os elementos quanto aos preconceitos, tabus, insegurança para falar do assunto. (26)

Ainda que neste caso o objetivo fosse treinar os indivíduos que iriam trabalhar como orientadores sexuais, uma das muitas observações anotadas no relatório final confirma a relevância de se preparar o pessoal da escola para o desenvolvimento de programas de orientação sexual:

"Observou-se que os professores demonstraram dificuldade em separar seus valores pessoais no desenvolvimento do projeto..." (27)

(26) SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Projeto de Educação Sexual. 1979, p. 31

(27) Op. cit., p. 41.

Justamente com os ciclos de debates, reuniões semelhantes são feitas com os pais dos alunos, no mesmo esquema e com a mesma finalidade, além de ser uma oportunidade de integração família-escola.

A coordenação destes grupos ficará a cargo do próprio orientador sexual indicado para aquela escolha, seja ele psicólogo, professor, orientador educacional, assistente social. Ou seja, por um lado é a maneira de este profissional ir se entrosando com a comunidade escola, por outro vai conquistando confiança e simpatia e apresentando o trabalho que será desenvolvido com os alunos. E com este esquema de trabalho, não será apenas o aluno o beneficiado com a implantação do programa de orientação sexual, mas toda a comunidade escolar.

O orientador sexual, por sua vez, deverá ter uma formação específica e distinta, de maior duração, envolvendo aspectos desde conhecimentos teóricos a serem transmitidos até a aquisição de atitudes positivas e sadias em relação à sexualidade, sua própria e de outrem, e da capacidade de tratar com naturalidade as questões que serão abordadas. E o critério de seleção indispensável é que o "candidato" esteja interessado na temática e se sinta à vontade para falar de sexo.

A formação do orientador sexual deverá obedecer um programa com duração de no mínimo um ano, onde, em contato com diversas disciplinas, ele adquirirá a necessária habilitação. Vejo como objetivo desta formação atingir aquilo que SUPPLY analisa como papel do educador:

" O papel do educador não é o de impor a conformidade a um determinado tipo de padrão de comportamento, mas sim o de proporcionar novos conhecimentos, estimular o questionamento do que se sabe e proporcionar o intercâmbio de opiniões que levem as decisões individuais. O educador deve propiciar o crescimento através da busca da verdade. Se o educador se propuser a ensinar o certo e o errado ele se colocará na posição de dono do saber." (28)

É necessário um período de estudos definido e auto-conhecimento para que o orientador sexual em formação possa reunir o mínimo necessário para executar seu trabalho. Seguindo o pensamento de SUPLICY é ser capaz de:

"1. Prestar informações; 2. Estimular a discussão de questões e conflitos; 3. Ajudar o jovem a avaliar a força de seus próprios julgamentos morais e dos outros; 4. Promover um estilo de vida pessoal que imbua o respeito e atitude responsável em relação ao outro; 5. Mostrar que o sexo é parte integral da vida de uma pessoa e está ligado ao

(28) SUPLICY, M. "Educação Sexual: Verdade ou Moral?" Folha de São Paulo, 14/06/81, p. 3.

desenvolvimento da personalidade, com relacionamentos interpessoais e com a estrutura social." (29)

Isto será conseguido através de um conteúdo teórico crítico, que provoque reflexão e questionamentos, colaborando para que o orientador sexual estabeleça juízo de valores e reformule suas atitudes frente ao sexo.

Conhecimentos de Anatomia e Fisiologia, Desenvolvimento Psicossexual, Psicologia da Adolescência, Psicologia das Relações Humanas, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Disfunções Sexuais, Didática da Orientação Sexual e Aconselhamento Psicológico são fundamentais para embasar sua formação, ao lado de debates, pesquisas, reflexões sobre repressão sexual e as formas de luta pela transformação dos padrões sexuais.

Além da escola, adotando um esquema de implantação semelhante, qualquer instituição pode desenvolver projetos de orientação sexual. Orfanatos, creches, comunidades e associações de bairro, sindicatos, são espaços a serem conquistados para desenvolvermos programas de orientação sexual. Até mesmo as fábricas, com milhares e milhares de empregados, têm condições de participar desta luta, atingindo uma parcela significativa da população.

E os postos de saúde poderiam ter um profissional

(29) Ibidem, p. 3.

treinado para prestar assistência a nível de prevenção e orientação sexual. Os conhecimentos do pessoal de saúde pública de todas as categorias sobre sexualidade seriam ampliados e a população em geral encontraria ali um serviço médico-psicológico voltado para promover, prevenir, diagnosticar, tratar e recuperar aspectos ligados à sexualidade.

Considerando a escola como a instituição onde a criança e o adolescente passam a maior parte do tempo, é nela que se desenvolvem os programas de orientação sexual mais conhecidos e divulgados.

Dos trabalhos que têm sido executados na área em questão, pelo menos dois deles merecem uma atenção especial por estarem ligados a órgãos governamentais.

Em 1978 a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo desenvolveu um projeto piloto de Orientação Sexual em três escolas de 1º grau, mais precisamente de agosto a dezembro. A partir de 1979 este projeto foi ampliado atingindo mais de 30 escolas, porém ainda está muito longe de atingir a globalidade das escolas da rede municipal de ensino de São Paulo.

Foi um projeto bastante elogiado, como relatam BARROSO e BRUSCHINI:

"Na Rede Oficial, a experiência de maior vulto é a da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo, que atende atualmente a 32 escolas. O programa tem caráter sobretudo preventivo e originou-se das preocupações, entre os educadores, com a alta incidência, entre os adolescentes, de

comportamentos considerados inadequados e problemáticos (gravidez precoce, doenças venéreas, etc.)

Uma vez que os pais se diziam pouco preparados para orientar seus filhos, a escola assumiu o papel de transmitir informações biológicas de forma que os jovens pudessem se precaver contra desastres dessa ordem.

O programa é ministrado por orientadores educacionais e professores de biologia, em conjunto, e atende basicamente a alunos da 5ª série do 1º Grau.

Está sendo ampliado gradativamente também para as 7ªs séries, onde algumas questões vão sendo aprofundadas". (30)

Foram cinco as etapas de projeto:

- 1) Preparo da Equipe do Setor de Orientação Educacional;
- 2) Treinamento dos profissionais que iriam atuar no projeto (professores e orientadores educacionais);
- 3) Contato com os pais;

(30) BARROSO, C. e BRUSCHINI, C. Educação Sexual: Debate Aberto. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, pp. 24-25

- 4) Execução de um programa de informação científica e discussões de atitudes em relação ao sexo junto aos alunos;
- 5) Avaliação do trabalho, durante e no final das atividades programadas.

Percebe-se que, no desenvolvimento destas etapas, houve uma preocupação com a formação do educador, com o envolvimento da família e com o aspecto de levar informações científicas aos alunos:

"A preocupação básica foi realizar um treinamento que permitisse desbloquear os elementos quanto a preconceitos, tabus, insegurança para falar do assunto, como também transmitir conteúdos específicos; reuniões com pais antecedendo a atuação junto aos alunos, visando um maior envolvimento e apoio da família; desenvolver junto aos alunos um programa de informação sexual e mudanças de atitudes dos alunos frente a sexualidade e adolescência." (31)

(31) São Paulo. Secretaria Municipal de Educação. Projeto de Educação Sexual, 1979, pp. 31-54

Porém, se a iniciativa é louvável, faço algumas ressalvas em relação ao objetivo intrínseco: a orientação sexual ainda é desenvolvida a nível informativo e com intuito de modificar comportamentos indesejáveis.

Ou seja, há implicitamente uma abordagem voltada para a apresentação e desenvolvimento de definições e conceitos biológicos, prendendo-se a informar o aluno e mostrar que atitudes e padrões são mais adequados a ele.

O mesmo raciocínio pode ser usado para analisarmos uma outra proposta em educação sexual, que foi promovida pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo através da CENP (Coordenadoria de Estudo e Normas Pedagógicas).

O projeto "Programa de Saúde: Aspectos do Crescimento e Desenvolvimento Humano Relativos á Sexualidade" visa a execução de um programa de Educação Sexual no Estado.

Porém, mesmo com um nível muito bom de organização e com a participação de especialistas, nota-se ainda uma preocupação a nível informativo.

Logo nos objetivos gerais percebe-se uma preocupação com informação dos aspectos biológicos da sexualidade:

"Orientar os professores de Ciências e Programas de Saúde no desenvolvimento de um programa de informação sexual." (32)

(32) São Paulo. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Sexualidade Humana: Uma Abordagem Curricular Com Enfoque Educativo**, 1983, p. 15.

Mesmo a oportunidade de reflexão e discussão levantada no programa é afetada quando se diz que

"não deve ser dado a este conteúdo um tratamento diferenciado, mas integrá-lo às demais programações, para que não se revista de um artificialismo. (...). Decidiu-se desenvolver o projeto utilizando o componente curricular Programas de Saúde, que já prevê, em seu conteúdo, itens sobre o desenvolvimento sexual." (33)

Ou seja, pretende-se expor sem tratamento diferenciado algo que a própria sociedade trata diferente, com reservas e preconceitos. E utilizando conteúdos curriculares de orientação biológica, sem nenhuma preocupação com a transformação dos padrões de relacionamento sexual.

Quando instituições e educadores falam em educação sexual, acabam ignorando o conteúdo emotivo, lúdico e prazeroso da sexualidade. Como afirma BERNARDI:

"o que no perímetro da escola é tido como educação sexual não é outra coisa senão uma informação desencorajante e enfadonha

(33) op. cit., p.19

acompanhada de normas que visam salvaguardar as instituições." (34)

Ao se considerar a informação sexual como também uma ação de educação sexual, corre-se o risco de se adotar o padrão tradicional de educação bancária, vigente na estrutura educacional brasileira, e o processo acaba restrito à transmissão de informes científicos.

Informar é também importante, corrigir informações distorcidas é essencial, porém nunca como um fim em si mesmo. Sem situarmos as questões sexuais dentro de um quadro sócio-econômico e cultural que implica em relações de poder; sem estimularmos a igualdade dos sexos e a emancipação da mulher; e, principalmente, sem possibilitarmos a livre manifestação de diferentes pontos de vista na questão dos valores, não estaremos de forma alguma fazendo educação sexual.

As opiniões dos supervisores de ensino, citadas no capítulo anterior, refletem uma preocupação com a implantação de orientação sexual na escola. Expõem, porém, idéias que apenas reforçam a concepção negativa que a própria sociedade tem da questão sexual: a orientação sexual é necessária porque a sexualidade pode trazer conseqüências negativas e conflitos na

(34) BERNARDI, M. A Deseducação Sexual. São Paulo: Summus Editorial, 1984, p. 29.

vida do aluno ou porque os meios de comunicação passam modelos inadequados. A necessidade do envolvimento da família e de o trabalho ser cientificamente planejado ou ser desenvolvido nas aulas de ciências está ligada à manutenção e ao reforço da ordem social vigente, havendo um controle maior de atitudes ou pensamentos que pudessem ir muito além do "esperado" ou "permitido".

A mesma ideologia aparece nos dois programas analisados, que se enquadram, pelos seus objetivos e conteúdos, no mito da neutralidade que GOLDBERG cita quando se refere a uma idéia bastante corrente no meio educacional:

"Escola deve ser neutra, asséptica, conduzida por pessoas que evitariam comprometer-se com a discussão de valores, limitando-se a ficar no terreno dos fatos. O fato, porém, é que essa escola não existe, porque seu próprio silêncio sobre determinados temas ou problemas já indica um compromisso terrível: o de não comprometer-se com a transformação da ordem para que tudo continue como está." (35)

Ou seja, percebe-se uma tendência ao desenvolvimento de

(35) GOLDBERG, M. Educação Sexual: Uma Proposta, Um Desafio. São Paulo: Edições Aruanda, 1981, p. 93.

programas que se abstêm de questionamentos e debates, que não promovem transformações, onde o senso-crítico não é reforçado, onde nem se pensa em discutir a ideologia que está por trás, não só dos padrões de comportamento que são levados às pessoas, mas da ideologia que está por trás dos próprios programas de orientação sexual.

Dando sequência às idéias apresentadas nos capítulos anteriores, resta abordar três pontos que se interligam em função da estrutura social e da evolução dos padrões culturais: a família, os meios de comunicação e a ética.

A família, por ser a primeira instância onde a criança receberá noções sobre normas e padrões sexuais. A ela tem cabido o papel de doutrinadora do bem e do mal, é na família que os valores são transmitidos.

Os meios de comunicação, notadamente a televisão, devido a influência que exercem na transmissão destes valores e porque propiciam a divulgação e aceitação de novos padrões de comportamento.

A ética porque, como ciência que aborda os problemas morais e o comportamento moral dos indivíduos, define o equilíbrio na transmissão dos valores sexuais.

É corrente entre as propostas de implantação de programas de orientação sexual que haja a participação da família na execução desses programas, e muitos educadores frisam que os pais são os responsáveis pela educação sexual, e que o papel do professor ou do orientador sexual deva ser apenas um prolongamento da responsabilidade dos pais.

Esta linha de pensamento é seguida por Charbonneau (1979) e Kilander (1983), de orientação católica, que associam necessariamente a educação sexual a uma educação para a vida familiar, e influencia significativamente programas oficiais de implantação de orientação sexual nas escolas. Para estes

educadores, a orientação sexual é dirigida a partir de princípios e valores católicos que são generalizados para todos os jovens e famílias dentro da perspectiva filosófica e moral da Igreja. Há a preocupação com o teor da mensagem contida nos programas de orientação sexual, com a moral, com os valores, com o perigo de o educador transmitir ou não o adequado conjunto de normas de conduta ou padrões julgados válidos pela Igreja Católica.

Contrapondo esta corrente, temos SUPLICY (1981), defensora de uma postura não doutrinária por parte do orientador sexual. Nesta linha de pensamento, o papel de doutrinador do bem e do mal fica para os pais, e ao orientador um papel mais a nível de estimular debates e questionamentos, levar ao aluno novos conhecimentos e não dar receitas do que é certo e errado.

Outros autores, como Barroso e Bruschini (1982), Goldberg (1982), Bernardi (1985) e Nunes (1987), aproximam suas idéias desta corrente.

Embora as duas linhas sejam distintas como modelo de orientação sexual a ser seguido, ambas sentem a família como transmissora dos valores, padrões e regras sociais. A primeira linha, entretanto, atrela à orientação sexual a doutrina da Igreja Católica, e a outra corrente de pensamento opta por não impor padrões de conduta.

Como educador, prefiro atuar dentro deste enfoque, levando ao aluno novos conhecimentos sem impor o que é certo ou errado, sem ser doutrinador.

Nesta questão educação sexual-família, vale lembrar que a escola é a instituição que se situa entre a família (o privado) e a comunidade (o social), ocupando um papel de transição.

A família funciona a partir de relações afetivas hierarquizadas e impostas (o pai deve amar o filho, o filho deve respeitar o pai, a mãe deve cuidar do filho, etc.) que, em muitas situações, podem ser mal reguladas. A criança (ou o jovem) é protegida e querida na família, que a envolve na maior parte de sua vida. Espera-se que os indivíduos sigam as normas familiares em função dos laços de sangue.

A escola, por sua vez, não protege nem ama a criança da mesma forma que a família. As relações afetivas se estabelecem sem imposições, e a criança passa a viver entre seus iguais -- outras crianças da mesma idade que compartilham interesses semelhantes que estabelecem as simpatias e afetos.

Assim, sem tirar ou diminuir o valor da educação familiar na formação do indivíduo, cumpre questionar que papel a família está desempenhando na educação sexual. E que família é esta que está buscando redefinir a sua face diante de uma sociedade que apresenta a ela uma verdadeira gama de valores, como diz SUPPLY:

"...(uma) época de transição de valores como a nossa, onde num mesmo quarteirão não encontraríamos duas famílias com a mesma posição e argumentação sobre a virgindade, ou qualquer outro tema sexual..." (36)

(36) SUPPLY, M. "Educação Sexual: Verdade ou Moral?". Folha de São Paulo, 14/06/1981, p. 3.

Buscando analisar a família, consideremos primeiro a caracterização feita por BERNARDI:

"A família é habitualmente uma cópia miniaturizada da sociedade, com um governo constituído pelo pai e uma população de governados constituída pelos filhos. A assim chamada autoridade intermediária é representada pela mãe, que se encontra com um pé na área governamental e outro na dos subordinados. A família tende a imprimir na personalidade dos subordinados uma determinada estrutura psíquica, aprovada pela sociedade, e para isto vale-se de meios sugeridos pela própria sociedade. O mais relevante desses meios é o culto à tradição. Tudo aquilo que descentemente se pode salvar do passado é imposto à criança como guia, como norma, como modelo (...) A família é uma escola de submissão, de obediência e de resignação."

(37)

Temos aí, de forma habilmente apresentada, um quadro que retrata a composição e desenvolvimento da família e que se

(37) BERNARDI, M. A *Deseducação Sexual*. São Paulo: Summus Editorial, 1985, pp. 24-25.

encaixa, particularmente, na família brasileira atual, herdeira do patriarcalismo, da autoridade sem limite dos donos de latifúndios, que imprimiram nela as características políticas vigentes na sociedade: autoridade, domínio, submissão, valores, padrões, condutas. E esta família que se tornará ambivalente ante os ventos liberais trazidos pela evolução histórico-social que são contrários à tradição autoritária e conservadora na qual foi moldada. E é esta contradição que determinará o que impor à criança como regra moral e padrão de conduta.

No tocante à sexualidade, a família vai seguir exatamente o exposto na posição de Bernardi. Quando se fala em pais conservadores ou liberais a sociedade apenas separa ou discrimina aqueles que seguem ou não este esquema de educação. A família brasileira é geralmente repressora quando se trata de questões sexuais. As formas de repressão que se apresentam vão desde a negação pura e simples, que passa à criança e ao jovem uma noção assexuada da família, até a clássica proibição que acaba por convencer o indivíduo de que o sexo é sujo, vergonhoso e pecaminoso.

REICH explicita esta situação da seguinte forma:

"A repressão sexual, à qual os adultos tiveram que se sujeitar para suportar a vida conjugal e familiar, é assim transmitida às crianças: aquilo que de miséria matrimonial não pode ser sanado diretamente nos conflitos conjugais é despejado sobre as crianças. Isso estabelece novos danos para a sua independência e sua estrutura sexual (...) e a

repressão sexual continua a passar de geração para geração." (38)

Na verdade, portanto, a própria família necessita receber educação sexual. Uma participação pura e simples dos pais para atender a apelos moralistas de quem teme uma liberalização sexual ainda maior que viria ocorrer sem o freio zeloso dos pais, serviria apenas para que o orientador sexual fosse um prolongamento da ordem familiar repressora que tem alimentado o autoritarismo, a total ausência de crítica a essa tradição e a imposição de normas de conduta castradoras.

É aí que aparece a contradição daqueles que pregam a orientação sexual na escola como continuidade à educação dada no lar. Nunca seria conseguida uma educação sexual transformadora, combativa, capaz de derrubar padrões de comportamento opressores.

Diante de duas realidades sociais distintas, como reforçar a tão defendida integração família-escola nas questões de educação sexual? Na família o afeto é a matriz de tudo que decorre -- a Psicanálise está aí para explicar como funcionam as relações entre pais e filhos. Na escola, o afeto é decorrente das relações estabelecidas espontaneamente pela criança. Os traumas e conflitos sexuais existentes na constelação familiar vão continuar se a escola for integrada à família como propõem alguns educadores que defendem a orientação sexual na escola como um

(38) REICH, W. A Revolução Sexual. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 114.

prolongamento da orientação dada pelos pais.

A opção pela educação sexual combativa, já justificada por GOLDBERG, criadora da expressão, é porque aí se encaixam as lutas contra a discriminação sexual, pelo direito da mulher ao controle de seu próprio corpo, contra a violência sexual, contra a desigualdade sexual. A orientação sexual combativa na escola pode contribuir para tornar a transmissão dos valores mais próxima de um padrão de comportamento voltado para o exercício de uma sexualidade sem culpa (na esfera pessoal) e sem opressão (na esfera social).

O conservadorismo tem uma dupla moral que acabou sendo responsável para que, às claras, se pregue a retidão mais rigorosa, mas, "por baixo do pano" se permitam práticas como o aborto clandestino, a pornografia e o erotismo feminino para a venda de produtos. Um pai de família, ao mesmo tempo que tem uma amante, condena a filha que tem relações sexuais antes do casamento. É "dito ou oitenta". A sociedade acaba sendo extremista para tratar de assuntos ligados à sexualidade.

É a ausência de um meio termo, de um equilíbrio, que torna preocupante os rumos tomados pela sociedade, e por extensão, pela família. Saindo de um período controlado ostensivamente por regras morais universais, ela se depara com um mundo em certa medida liberado sem que ela própria tenha deixado de lado o seu moralismo. Influenciada pelos meios de comunicação liberalizantes e pressionada simultaneamente por uma tradição conservadora muito enraizada que não abandonou, a família tenta redefinir sua face, tenta se situar, tenta se adaptar ou adaptar seus valores a uma nova ordem amorosa que está por surgir. Ela percebe que mudanças estão vindo, mas confusa como está, fica com

um pé lá, outro cá. É mais seguro, para não perder o poder, que sejam mantidos os costumes antigos. Mas ao mesmo tempo, a evolução da cultura, o progresso tecnológico que transformou o mundo numa "aldeia global" e a influência do consumismo capitalista nos meios de comunicação, direcionam ideologicamente as pessoas para a liberalização dos costumes.

A família está ambivalente, e por isto não é tão defícil encontrarmos vozes apelando para que também ela seja orientada da melhor maneira na educação dos filhos. E aí não estão pedindo apenas Educação Sexual, mas Educação para a vida, num mundo conflitante que está abandonando valores humanos e que se esqueceu da própria dignidade da pessoa.

É essa ambivalência que faz com que grupos reivindiquem a supressão de propagandas carregadas de erotismo da TV e cortes de cenas que mostrem ou sugiram sexo em filmes e novelas. O visível não é tolerado, mas as mensagens subliminares, as sugestões dadas nas entrelinhas, continuam atuando na mudança dos comportamentos da sociedade.

A família acaba sem saber que rumo tomar, e o que REICH defende na sua obra "A Revolução Sexual", escrita em 1936, pode muito bem ser transportado para os dias de hoje, pois praticamente não ocorreram mudanças na ideologia que direciona as atitudes familiares:

"A função política da família se bifurca em dois ramos:

1. Reproduz-se a si mesma, aleijando o indivíduo sexualmente; ao perpetuar a família patriarcal, também perpetua a repressão sexual

com suas consequências: distúrbios sexuais, neuroses, psicoses, crimes sexuais.

2. Cria o indivíduo que está sempre com medo da vida e da autoridade e assim estabelece repetidamente a possibilidade de as massas poderem ser dominadas por um punhado de indivíduos poderosos." (39)

Antes, total ausência de educação sexual. Hoje, presença da educação sexual nos meios de comunicação, nas novelas, nos filmes, nas revistas, nos órgãos do governo que ensaiam os primeiros passos de projetos de orientação sexual.

Mas numa e noutra época, a sexualidade é manipulada para a manutenção de uma estrutura que privilegia e promove a domesticação do desejo e a ordem familiar tradicional e conservadora.

A nossa cultura foi calcada em uma sociedade patriarcal, onde o poder de decisão cabe ao homem, e visando a submissão da mulher, esta recebe desde cedo uma educação autoritária e dominadora, que a prepara para a função de "Rainha do Lar", servindo à procriação, ao marido e ao exercício das atividades domésticas. E no tocante à sexualidade, a mulher é preparada para satisfazer o companheiro, independente da satisfação do desejo dela e do que possa estar sentindo. É feio a mulher "procurar o marido"; é feio ela pensar em sexo. As

(39) REICH, W. A Revolução Sexual. São Paulo: Círculo do Livro S. A., s/d, p. 116.

instituições passam um ideal de mulher totalmente diferente do ideal de homem. Para a mulher são impostas certas regras de conduta, e valores tais como virgindade, submissão, obediência, fidelidade, beleza, que criam tabus e preconceitos os quais a mulher incorpora sem questionamento, achando que é o correto, a verdade. Quando ela foge dessas regras de conduta e derruba o mito da "dona de casa", acaba se sentindo culpada. A vida da mulher deve se resumir ao lar, ao marido e aos filhos. (STUDART, 1978; MONEY e TUCKER, 1981).

Já o homem é criado para ser o senhor do lar, o mantenedor da casa, o protetor da família, o defensor da mulher e dos filhos. Ele é educado para ser um ativo na sociedade, com direito ao estudo e ao trabalho fora do lar. Seu comportamento deve ser autoritário e machista; homem que é homem não chora! (GRACIANO, 1978; STUDART, 1978).

Estas normas de conduta estão sendo quebradas há algumas décadas, porém os valores estão muito enraizados, gerando a ambivalência que tenho comentado ao longo deste texto.

Para atender melhor a família brasileira, a mais completa pesquisa feita até o momento é a de Rose Marie Muraro, apresentada no livro "Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil" e comentada em seu outro livro, "Sexualidade, Libertação e Fé: Por Uma Erótica Cristã", ambos publicados pela Editora Vozes.

Em sua pesquisa, a autora encontra as contradições que analisei até o presente capítulo e que ocorrem não só em representantes da classe média, intelectualizada e susceptível a "modernismos", mas também no campesinato, na classe operária e na burguesia (os detentores do capital).

MURARO detectou que nas três classes sociais ligadas à produção (operária, camponesa e burguesa) a família é muito sólida:

"Na classe burguesa, porque ela é o lugar da concentração do capital, e não interessa desfazer a família, daí a mulher usa a família como uma fachada e manipula a família até onde vai seu interesse (...); a nível consciente o discurso político todo puritano, e (...) num outro nível, esse discurso é rompido na prática. No campesinato, a família rompida tem sanções fortíssimas, que é o lugar onde se reproduz a força de trabalho, e onde se faz a produção. Então lá a mulher tem sanções fortíssimas. Daí ela só se casar virgem. Se não for virgem não casa, é prostituta; ela não trai o marido porque ele a mata. (...) e ela não aceita a masturbação, o homossexualismo (...) ela é mais frígida que em todas as outras classes sociais (...)" (40)

(40) MURARO, R. M. (org.) Sexualidade, Libertação e Fé: Por Uma Erótica Cristã. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p. 23

O que se conclui é que a burguesia manipula a família, ela defende perante a sociedade uma postura moralista, até leva às outras classes sociais os valores católicos, só que também rompe esse discurso ao cometer toda sorte de "imoralidades": financeiras, políticas, de costumes, sexuais. Já é natural a população saber através da imprensa dos escândalos financeiros (Coroa Brastel, Delfin, BANESPA, Capemi); também as fraudes políticas são divulgadas (concorrência para a Ferrovia Norte-Sul, eleições fraudulentas em várias localidades, "jetons" pagos aos congressistas indevidamente). Uso de drogas e comportamentos sexuais bizarros, que contradizem seu discurso são freqüentes na classe burguesa. Praticamente tudo sem punição.

O campesinato, por sua vez, é coerente em relação aos valores da família. Não contradiz seu discurso conservador, é apegado aos valores da Igreja.

Quanto à classe operária, embora ali a família também seja bastante sólida, nela os valores tradicionais e os "atuais" se chocam; é a família educada nos valores católicos morais que segue estes preceitos porém se vê influenciada pela sociedade de consumo com seus valores da indústria cultural.

Já a classe média moderna, detém o saber mas não possuiu os meios de produção nem o capital. É a classe onde é mais comum haver separações, divórcios, quando o casal não está bem. Ela rompe de forma mais coerente as normas e padrões tradicionais. É a classe mais sugestionada e a que mais mudanças de comportamento familiar e sexual tem apresentado. Mas como na classe operária, ela também é educada nos valores conservadores moralistas que são incorporados pelos indivíduos e estabelecem a ambivalência.

É esta família brasileira que, por um lado receberá significativa influência dos meios de comunicação, e por outro irá enfrentar e combater aquilo que considerar "excesso" de libertinagem ou obscenidade. E notadamente a televisão, é o meio de comunicação que mais atinge a família com as mudanças de atitudes frente ao sexo. Revistas podem ser evitadas, a venda em bancas pode até estar "camuflada"; os jornais ainda não se "pornografizaram". O rádio idem. Mas a televisão invade o lar do brasileiro. Sugere. Instiga. Direciona. Determina. Muda. Cria.

É como dizem MORAIS e LAPEIZ:

"A televisão engana a hora, enrola o tempo. E nesse ingênuo movimento vai sedimentando costumes, elegendo padrões de beleza que mudam a cada estação (ou a cada novela). Atrevida e gradativamente revela o que é proibido." (41)

A televisão tornou-se o mais potente instrumento de fabricação de opiniões e modelagem do comportamento, com poder de transmitir informes tendenciosos, de adaptar o ouvinte à situações desejadas ou pré-estabelecidas ideologicamente, levando-o à domesticação do comportamento e a desenvolver condutas automatizadas.

Num país de Terceiro Mundo como o Brasil, isto é muito

(41) MORAES, E. R. e LAPEIZ, S. M. O Que é Pornografia? São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 85.

perigoso, pois com uma grande parcela da população constituída de analfabetos e semi-analfabetos, e com outra parcela alfabetizada mas sem estreitos vínculos com a leitura, a televisão tornou-se "o livro" da massa, o mais poderoso veículo de ensino que a maior parte da população pode ter.

Sem analisar o "merchandising", presente já há vários anos nas novelas com o intuito de vender cerveja, boneca, inseticida, máquina de lavar roupa, etc, fruto direto do consumismo que leva o telespectador a adquirir "coisas", vou me prender ao lado "comercial" da TV que oferece, ao invés de produtos, padrões. Ao lado que usa a sexualidade para conquistar o público, logicamente para ter maior número de audiência. Curiosamente, audiência da mesma família que contesta os seus excessos. Por um lado, libera. Por outro, cede a pressões. De um lado, vemos a família "vidrada" no vídeo. De outro, a vemos defendendo a moral e os bons costumes. É a já conhecida ambivalência, presente também na relação meios de comunicação-família-sociedade.

Como foi abordado em capítulos anteriores, na educação sexual familiar, os pais não a levam avante justamente por não ousarem falar aos filhos sobre temas como amor livre, adultério, homossexualismo, masturbação, aborto, etc., etc. A televisão, outrossim, através das telenovelas, leva a cada um desses lares estes temas proibidos. Choca a família, mas ao mesmo tempo é tolerada. Tal qual um adolescente, que escondido e sabendo ser proibido, folheia com interesse uma revista pornográfica, assim se comporta a família diante da ousadia da TV e do atrevimento dos diálogos dos personagens.

Talvez até haja uma divisão entre o "mundo da TV" e o / "mundo real", de forma que a mensagem transmitida se torna aceitável do ponto de vista moral para o que se passa no vídeo, é negada como valor para a própria família, porém, subliminarmente, acaba sendo incorporada e a nível inconsciente irá ser força atuante no conflito "valores antigos x valores atuais".

E há também um outro aspecto a ser levado em consideração: o poder que a televisão tem em transformar de um momento para o outro a imagem de um de seus astros, de forma que o público incorpore e aceite a nova imagem veiculada, e esqueça a anterior, que no momento não interessa mais.

Assim uma modelo que numa dada época estrela um filme erótico e posa nua para a revista Playboy, num outro momento é transformada numa inocente apresentadora de programa infantil, aceita tranquilamente pelas famílias, sem nenhum questionamento, sem que os tão comuns preconceitos vigentes interfiram. Aí também aparece a ambivalência da família. E ela é sabiamente explorada pela televisão para que esta atinja seus objetivos lucrativos.

Os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão, são saturados de propagandas indicadoras de qual comportamento é o desejado para a população. As novelas, com histórias que refletem uma vida burguesa distante da vida levada pela maioria do povo, com grandes casas, carrões e a moça pobre ficando sempre com o moço rico, ditam padrões de comportamento moral e social que são incorporados pela população. Até os programas humorísticos têm uma penetração muito grande e participam ativamente na modificação dos costumes e tomada de atitudes.

São, porém, padrões preconceituosos, na maioria das vezes machistas, carregados de valores da tradicional duplicidade moral brasileira. E mesmo assim são aceitos e incorporados ao dia-a-dia de cada um em função do poder de penetração dos meios de comunicação de massa.

Se os meios de comunicação têm desempenhado de maneira eficaz um pronto serviço na transmissão de normas de conduta preconceituosas, se houvesse conscientização no sentido de utilizá-los no fornecimento de informações e de reformulação de conceitos opressores relacionados à vivência sexual e social dos indivíduos, esta eficiência estaria prestando relevante serviço à sociedade.

Por quê as breves e raras campanhas ou informes na área de Saúde, como a sobre Amamentação e a sobre Cólicas Menstruais, levadas à televisão há poucos anos, surtiram tanto efeito?

Por quê a psicóloga Marta Suplicy, que dentro do programa TV Mulher, na Rede Globo, com o seu quadro "Comportamento Sexual", atingiu diariamente dois milhões de pessoas interessadas e chegava a receber todo mês centenas de cartas de espectadores que colocavam suas dúvidas, confissões e esperanças ligadas à vida sexual?

São pequenas brechas onde se aproveitou o espaço dos meios de comunicação para se estabelecer algum contato com o povo.

É o primeiro passo. Resta saber se novos investimentos serão feitos na televisão, na imprensa, na publicidade, visando uma transformação significativa nas relações entre os sexos.

A atuação dos meios de comunicação facilitaria muito o desenvolvimento de programas de orientação sexual localizados, em

escolas, fábricas, instituições, postos de saúde, enfim, em locais que reúnam grupos onde haja necessidade e interesse por este tipo de orientação.

Além de informação através dos meios de comunicação, a comunidade estaria recebendo mensagens que serviriam de estímulo para entenderem os programas localizados. E veriam razão na tentativa das autoridades estarem oficializando a implantação da orientação sexual.

Com relativa frequência, o governo lança mão da televisão para divulgar temas de seu interesse. Por ocasião da implantação do plano cruzado, em 1986, até artistas famosos foram utilizados na campanha "Tem que dar certo!" Os feitos de cada governo através das Secretarias ou Ministérios são levados ao brasileiro pela televisão, em propagandas de poucos minutos, com a finalidade de "conscientizá-lo" de que ele está tendo um governo "dinâmico e realizador". Demagogia ou não, o fato é que espaços estão sendo usados para este fim. Por que, então, não aproveitar espaços semelhantes em maciças campanhas educativas, onde ao invés de simples informações de obras realizadas, a população receba um verdadeiro serviço de utilidade pública ligado às questões de inter-relação entre a sexualidade e os demais aspectos da vida, de papéis sexuais, de direitos da mulher, de igualdade entre os sexos?

São questões que podem ser consideradas pela comunidade a nível de proposta de se utilizar meios acessíveis à população como alternativas em educação sexual.

Numa análise mais superficial, pode-se considerar dois níveis de penetração da televisão: as propagandas e os programas. Quem produz as propagandas são as agências de

publicidade. Neste caso a TV é usada como um veículo de divulgação de terceiros. Quem produz os programas é a própria TV através de seus representantes (os autores).

A televisão é, portanto, um veículo de difusão de imagens e idéias que estão na cabeça de uma parcela da sociedade, que é formada pelos autores, artistas, apresentadores, agentes de publicidade, intelectuais, que na verdade são os responsáveis pelas mudanças dos padrões de comportamento. Este segmento é representativo de um grupo social pertencente à classe privilegiada, que entra em choque com as demais parcelas da sociedade. O antagonismo TV x sociedade x censura é a concretização do conflito de idéias entre as classes pela hegemonia dos padrões nos quais acreditam. A televisão como empresa, por sua vez, vende (ou aluga) seu espaço para outras empresas anunciarem seus produtos. E oferece ao público a sua programação, variada, para todas as idades e para todos os gostos, permeada pelos anúncios, que o telespectador também assiste, como sendo o "preço" que paga pelo direito a assistir os programas.

Todo esse conteúdo televisivo recebe um controle da Censura Federal, que determina os horários, o que pode e o que não pode ser levado ao ar. Quanto mais conservador o regime de governo, mais autoritária é a Censura.

Com os ventos da democracia chegando ao Brasil, a televisão pôde expandir-se e a liberalização sexual também chega ao vídeo.

É este o ponto que merece a atenção deste tópico do ensaio: a questão da liberalização sexual na TV.

Desde 1980, com a abertura política, a televisão surpreende os lares com o conteúdo de suas novelas e o apelo à sexualidade para as propagandas venderem mais os produtos que divulgam.

A questão do sexo na TV é mais complexa do que simplesmente apelar para o lado moral da imagem apresentada, que dizer um basta, um sim ou um não, ou rotular de inescrupuloso ou sensacionalista um determinado anúncio ou programa. Como estabelecer a "moralidade média" dos milhões e milhões de brasileiros num território tão vasto e cheio de contrastes? Quem aprova? Quem critica? O que leva a TV a ter altos e baixos na liberalização sexual em suas propagandas e programações?

A novela "Coração Alado" (Rede Globo, 1980/81) teve cenas de masturbação e estupro; "Dona Beija" (Rede Manchete, 1986) teve cena de nudez; "Roda de Fogo" (Rede Globo, 1986/87) teve cenas de adultério e insinuação de homossexualismo; "O Outro" (Rede Globo, 1987) teve cenas de troca de parceiros sexuais; "Brega e Chique" (Rede Globo, 1987) tinha na abertura um homem nu, de costas. A série "Malu Mulher" (Rede Globo, 1981) discutiu o aborto, o divórcio e o lesbianismo e o homossexualismo masculino; a série "Amizade Colorida" (Rede Globo, 1981), com temas onde era corriqueira a prática do sexo livre e sem compromisso, deu origem ao termo amizade colorida para relações entre pessoas sem afetividade e compromisso. "Vale Tudo" (Rede Globo, 1988) introduziu o uso dos palavrões, além de ressaltar cenas de adultério e homossexualismo. "O Salvador da Pátria" (Rede Globo, 1989) foi mais ousada, ainda, com adultério e relações sexuais intercalando política e corrupção.

O que está mudando? Na transformação dos valores, quem é o agente e quem é o paciente? Será que não é isto que o povo quer?

Se a televisão tem força para apresentar novos padrões de comportamento sexual, de onde vêm esses padrões? Será mesmo a televisão a responsável pela liberalização da sexualidade, ou a sociedade e a família, num processo de transformação e evolução utiliza a televisão para que seja retratada essa mudança? Ou será ainda, um círculo vicioso onde a televisão, a sociedade e a família se co-responsabilizam pela evolução dos padrões de comportamento?

Se "vender" -- hábitos, programas, produtos -- for o principal objetivo da televisão, espera-se que ela atenda às expectativas dos ouvintes, onde se encontra toda uma gama de desejos, repressão, culpa, valores, padrões, os quais determinam as reações desencadeadas quando cada indivíduo ou grupo de indivíduos assiste algo na televisão.

Dáí a cumplicidade televisão-família-sociedade na exploração das motivações e necessidades humanas conscientes e inconscientes. Parafraseando o político, "é dando que se recebe".

O Carnaval, particularmente os de 1988 e 1989, podem ilustrar estes questionamentos. O que é o Carnaval hoje? Uma festa mantida pelo poder político-governamental, manipulada e custeada pelo poder econômico de contraventores e conduzida nas costas do povão dos morros e favelas, que o transforma num verdadeiro ideal de vida. Este, o Carnaval das grandes cidades, com famosos desfiles de escolas de samba. Há o outro Carnaval, dos clubes e das ruas, dos que não saem nas escolas, mas tanto um quanto o outro, expressão do erotismo do ser humano, que nesta

época é totalmente liberado, sem censura ou preconceitos, seja na passarela, nos clubes ou nas ruas. É o Carnaval dos nus e das relações sexuais. É o Carnaval do vale tudo. É a festa de todas as classes, da liberação sexual dos pobres e dos ricos.

É quando a televisão mostra mulheres totalmente nuas como destaques das escolas de samba de São Paulo e do Rio de Janeiro, não só no horário do desfile, mas em reportagens ou flashes também durante o dia. Tudo pode no Carnaval, que parece anestesiar até o moralismo exacerbado da Censura Federal que em outras situações é tão zelosa com a manutenção da moral e dos bons costumes. (Mas que agora terá outra função devido a nova Constituição).

Porém, o que a televisão mostra no Carnaval, não é propaganda nem sua própria programação, mas a expressão erótica da sociedade, a liberação sexual manifesta pura e simplesmente.

Talvez, então, não seja somente a televisão a responsável pela erotização, pela mudança dos padrões. É um círculo vicioso com a participação efetiva e destacada tanto da televisão quanto da sociedade e da família.

Se não dá para responsabilizar isoladamente este ou aquele pelas mudanças sociais, pelo menos é perfeitamente possível denunciar a total ausência de valores éticos universais na formação dos indivíduos, a total ausência de respeito pelo outro, a égide do consumismo e do "levar vantagem a qualquer preço".

É isto que traz problemas para a sexualidade, não a erotização em si. A erotização é natural no ser humano, anima o corpo e a vida. As relações interpessoais é que estão materializadas, sem afetividade, sem amizade.

CONCLUSÃO: RESUMO DE IDÉIAS

A escola, como responsável pela educação e desenvolvimento do indivíduo, não pode continuar omissa para tratar da sexualidade. Ela deve propiciar encontros, palestras, debates, atingindo os professores, alunos e famílias.

As propostas formais de educação sexual ou os programas aprovados até agora não têm atingido o maior objetivo, que é o de participar das transformações sócio-culturais ligadas à questão sexual, nem propiciado um clima descontraído onde o aluno pudesse colocar suas dúvidas, temores, dificuldades específicas, suscitar a consciência das responsabilidades que suas opções trarão em sua vida e desenvolver o respeito por si mesmo e pelo outro.

Penso que só uma filosofia de educação sexual com bases sólidas na realidade, livre de preconceitos, crendices, mitos, falsos moralismos, com senso crítico e questionadora, combativa e criadora, será benéfica e eficaz. Esta deve ser vista como

pressuposto de uma confiável Psicologia da Educação.

A família deve ser incorporada nesse processo de formação. A escola deve descobrir formas de atraí-la, pois os pais muitas vezes são os mais necessitados, possuidores de informações distorcidas e com dificuldade para lidarem com suas próprias dificuldades. Outras vezes, são cabalmente desencantados.

O orientador sexual deve estar bem preparado e protegido de desequilíbrios pessoais que possam inibi-lo ou fazê-lo ter uma postura moralista e tendenciosa. Deve ser confiável, e somente suas atitudes farão com que os alunos, pais e professores tenham esta confiança no seu desempenho e na sua pessoa. Deve ser alguém acessível e disponível, e estar apto para motivar a Direção, o corpo Administrativo, o Corpo Docente, Alunos e Pais a respeito da importância de seu trabalho.

Espero que este texto venha a ser uma fonte de dados eficientes que possam ser utilizados por outros profissionais na elaboração de programas de orientação sexual, para formação de educadores, para o desenvolvimento de uma metodologia de educação da sexualidade, ou mesmo como informações que sirvam de subsídios para a orientação de pais ou professores preocupados com o despertar, no jovem, de sua própria sexualidade. E o que talvez seja o mais importante, levantar questionamentos que transcendam a informação meramente formal.

Já é hora de encararmos a Educação Sexual também como uma forma de luta contra a desigualdade, o preconceito e a violência. De questionarmos e analisarmos o conteúdo subliminar dos programas oficiais ou tentativas de realização de orientação sexual. De traçarmos diretrizes no tocante ao desenvolvimento de

uma educação sexual radical, não no sentido pejorativo que a sociedade muitas vezes dá ao termo, mas no sentido de se buscar a raiz da problemática sexual humana.

Até que ponto a implantação de programas de Orientação Sexual na escola irá expor minuciosamente questões relacionadas, por exemplo, com a aquisição de papéis sexuais, o machismo e a discriminação da mulher no mercado de trabalho; com a repressão da sexualidade, a desvalorização da mulher e a existência de uma dupla moral sexual; ou com estudos da sexualidade masculina, esquecida, ignorada ou abandonada?

São temas que, embora possam suscitar polêmicas no meio acadêmico, gerando teses ou pesquisas, são fundamentais para a formação e o crescimento dos alunos de uma escola. A aquisição de papéis sexuais ocorre na infância, e seja através de reforçamento, imitação, identificação ou processos cognitivos, já nesta fase o indivíduo começará a moldar a percepção que terá do mundo, a forma de se relacionar com o outro e as atitudes que poderá tomar frente a representantes do sexo oposto.

Daí a importância de uma revisão crítica dos programas e da bibliografia sobre educação sexual; de uma análise psicocultural da sexualidade e dos conflitos psicológicos decorrentes da repressão sexual; e de se desenvolver uma nova filosofia de orientação sexual nas escolas.

Trata-se de temática altamente controvertida nos meios acadêmicos, principalmente como proposta de educação seriada e curricular, além de não ser desenvolvida como reflexão no campo educacional. É restrita quase que apenas à área médico-biológica, ficando os programas de Orientação Sexual voltados exclusivamente à informação da fisiologia do sexo. E muitas vezes presos a

ideologias conservadoras ou pseudo-liberais.

Espero que este trabalho contribua para que possamos ter uma metodologia crítica e que reflita a sexualidade partindo de um enfoque libertador, não apenas liberalizador, considerando que, no primeiro enfoque leva-se em conta a globalidade do indivíduo, a dignidade da pessoa e os valores humanos universais e democráticos nos quais acredito: respeito pela pessoa humana, respeito pela dignidade e igualdade entre as pessoas, amor a verdade e aceitação do direito de opção e autodeterminação de cada um.

A liberalização sexual é fruto da idéia industrial de "produto descartável", já citado em capítulo anterior, que levou a sociedade a um "obscurantismo da in-diferenciação", opondo-se ao "obscurantismo da super-diferenciação" da sociedade preconceituosa e discriminatória das décadas passadas.

BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, B. M. e PITANGUY, J. O Que é Feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
2. ALVES, R. Conversas Com Quem Gosta De Ensinar. São Paulo: Cortez Editora, 1984.
3. ARIES, P. e BEJIN, A. (org.) Sexualidades Ocidentais. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
4. BARROSO, C. e BRUSCHINI, C. Educação Sexual: Debate Aberto. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
5. BERNARDI, M. A Deseducação Sexual. São Paulo: Summus Editorial, 1985.
6. BOETHIUS, C. G. "La Educacion Sexual en Suecia y Sus Resultados". in: Revista Actualidades de Suecia. Stockholm: Svenka Institutet, nº 315, 1984, pp. 1-10.
7. BRUSCHINI, C. et alii. "Educação Sexual: Instrumento de Democracia ou de Repressão?". in: Revista Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 36, 1981, pp. 99-110.
8. CARNOT, E. e CARNOT, J. A Serviço do Amor. São Paulo: Livraria Catedral, 1959.

9. CARRERA, M. Sexo: Os Fatos, os Atos e os Prazeres do Amor. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

10. CHAUI, M. Repressão Sexual: Esta Nossa (Des) Conhecida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984

11. CHARTIER, E. (ALAIN). Reflexões sobre a Educação. São Paulo: Editora Saraiva: 1978.

12. CHARBONNEAU, P. E. Educação Sexual: Seus Fundamentos e seus Processos. São Paulo: E. P. U., 1979

13. CORREA, M. "Repensando a Família Patriarcal Brasileira". in: Revista Cadernos de Pesquisa, nº 37, 1981, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 5-16.

14. CUNHA, Paulo F. L. da "A Longa História da Repressão Sexual" in Revista Psicologia em Curso, nº 8, out/dez 1981, pp. 19-26

15. FERRUA, L. H. Educação Sexual: Análise Crítica de Uma Experiência. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, PUCCAMP, 1980

16. FOUCAULT, M. História da Sexualidade. São Paulo: Editora Graal, 1983. vols. I,II,III.

17. FRANÇA, C. A. V. "Orientação Sexual: Algumas Considerações". in: Revista Prospectiva, vol. 2, nº 13, Porto

Alegre, out/84, pp. 41-43.

18. FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra

19. FRIEDAM, B. *A Segunda Etapa*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.

20. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Vivência: História, Sexualidade e Imagens Femininas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

21. FRY, P. *O Que é Homossexualidade?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

22. GEBHARDT, G. *Dos 5 aos 25 Anos: Dinâmica do Sexo*. São Paulo: Edições Paulistas, 1975.

23. GIKOVATE, F. *Dificuldades do Amor*. São Paulo: MG Associados, 1979.

24. GIKOVATE, F. *Falando do Amor*. São Paulo: MG Associados, 1979.

25. GIKOVATE, F. *O Instinto do Amor*. São Paulo: MG Associados, 1979.

26. GOLDBERG, M. A. *Educação Sexual: Uma Proposta, Um Desafio*. São Paulo: Editora Aruanda, 1981.

27. GONÇALVES FILHO, J. Método de Educação Sexual Dirigido à Juventude. São Paulo: Edições Loyola, 1978.
28. GRACIANO, M. "Aquisição de Papéis Sexuais na Criança". in: Revista Cadernos de Pesquisa, nº 25, 1978, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 29-44.
29. GREGERSEN, E. Práticas Sexuais: A História da Sexualidade Humana. São Paulo: Editora Roca, 1983.
30. HALL, C. S. e LINDZEY, G. Teorias da Personalidade. São Paulo: E. P. U. / EDUSP, 1973.
31. HITE, S. O Relatório Hite. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1978.
32. HITE, S. O Relatório Hite sobre Sexualidade Masculina. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1983.
33. KAPLAN, H. S. The New Sex Therapy. New York: Brunner / Mazel, 1974.
34. KILANDER, H. F. Educação Sexual nas Escolas. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
35. KLEIN, M. A Educação de Crianças à Luz da Investigação Psicanalítica. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1973.

36. KNOBEL, M. "Desenvolvimento Social e Psicológico do Adolescente" in KNOBEL, M. e SAIDEMBERG, S. *Psiquiatria e Saúde Mental*. São Paulo: Autores Associados, 1983, pp. 282-287
37. LANGER, M. *Maternidade e Sexo*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1982.
38. LANGLEY, R. e LEVY, R. C. *Mulheres Espancadas*. São Paulo: Círculo do Livro, s / d.
39. MANTEGA, G. (Org.) *Sexo e Poder*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
40. MARÇAL RIBEIRO, P. R. e GUZZO, R. S. L. Afinal, o que Pode Fazer o Psicólogo Escolar?" in *Revista Estudos de Psicologia*. Campinas Instituto de Psicologia da PUCCAMP, vol 4, nº 2, Jul/Dez de 1987, pp. 88-93.
41. MARITAIN, J. *Problemas Fundamentais da Filosofia Moral*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1977.
42. MARTINS, T. *Folha de São Paulo*, 27/03/1983, p. 22
43. MASTERS, W. e JOHNSON, V. *Homossexualidade em Perspectiva*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, s / d
44. MASTERS, W. e JOHNSON, V. *O Vínculo do Prazer*. São Paulo: Editora Record, 1982.

45. MATARAZZO, M. H. Arte de Amar. São Paulo: Editora Três, 1983, 2 volumes.
46. MATARAZZO, M. H. "A Geografia do Filme Pornô" in Revista Psicologia e Comportamento. São Paulo: MKM Editores, nº 1, março/abril de 1984. p. 54
47. MAY, R. O Homem a Procura de Si Mesmo. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
48. MAY, R. Love and Will. New York: Laurell/Dell Publishing, 1974.
49. MAYLE, P. et alii. De Onde Viemos? São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
50. MAYLE, P. et alii. O Que Está Acontecendo Comigo? São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
51. MC CARY, J. L. Mitos e Crendices Sexuais. São Paulo: Editora Manole, 1978.
52. MC CARTHY, B. O Que Você (Ainda) Não Sabe Sobre a Sexualidade Masculina. São Paulo: Summus Editorial, 1981.
53. MILAN, B. O Que é Amor. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

54. MOHANA, J. A Vida Sexual dos Solteiros e Casados. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

55. MONEY, J. e TUCKER, P. Os Papéis Sexuais. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

56. MORAES, E. R. e LAPEIZ, S. M. O Que é Pornografia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

57. MOUNIER, E. O Personalismo. Lisboa: Editora Moraes, s/d

58. MURARO, R. M. Sexualidade da Mulher Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

59. MURARO, R. M. (org.) Sexualidade, Libertação e Fé: Por Uma Erótica Cristã. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

60. NIDELCOFF, M. T. Uma Escola Para o Povo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

61. NUNES, C. A. Desvendando a Sexualidade. Campinas: Papirus, 1987.

62. PEREIRA, F. A. Moderna Enciclopédia Sexual: Amor e Matrimônio. São Paulo: Libra Empresa Editorial, 1966.

63. PRADO, D. O Que é Família. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

64. REICH, W. A Função do Orgasmo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

65. REICH, W. A Revolução Sexual. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

66. RETRATO DO BRASIL, coleção. São Paulo: Política Editora, 4 volumes, 1985.

67. ROSEMBERG, F. "Educação Sexual na Escola". in: Revista Cadernos de Pesquisa, nº 53, 1985, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 11-19.

68. ROUSSELE, A. Pornéia: Sexualidade e Amor no Mundo Antigo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984

69. RUSSEL, B. A Perspectiva Científica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

70. SAMARA, E. M. A Família Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

71. SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Sexualidade Humana: Uma Abordagem Curricular Com Enfoque Educativo, 1983.

72. SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Projeto de Orientação Sexual, 1979.

73. SNOEK, J. Ensaio de ética Sexual. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
74. SOLIGNAC, P. e SERRERO, A. A Vida Sexual e Amorosa das Francesas. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
75. SOUZA, P. L. S. Vivências Sexuais de Um Grupo de Jovens de Região Metropolitana de Recife. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, 1983.
76. STUDART, H. Mulher: Objeto de Cama e Mesa. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
77. SUPLICY, M. Conversando Sobre Sexo. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
78. SUPLICY, M. "Educação Sexual: Verdade ou Moral? Folha de São Paulo, 14/06/1981, p. 3.
79. SUPLICY, M. De Mariazinha a Maria. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
80. TRIGO, L. G. G. "Salas de Aula". in João Francisco Régis de Moraes. Salas de Aula: Que Espaço é Este? Campinas: Papyrus Editora, 1986, pp. 71-81.
81. USSEL, J. V. Repressão Sexual. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

82. VASCONCELOS, N. Dogmatismos Sexuais. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971

83. VAZQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1985.

84. WEREBE, M. J. A Educação Sexual na Escola. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

85. WEREBE, M. J. "A Implantação de Educação Sexual no Brasil". in: Revista Cadernos de Pesquisa, nº 26, 1978, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 5-17.

86. WINCLER, C. R. Pornografia e Sexualidade no Brasil. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1983.

87. WISEMAN, J. The Social Psychology of Sex. New York: Harper and Row, s/d.

ANEXO

Perguntas apresentadas no Questionário respondido pelos Supervisores de Ensino da Região de Campinas, relatadas e analisadas no Capítulo "Relato de Uma Experiência: O Que Pensam Alguns Profissionais de Educação".

1. Você acha relevante a execução de um programa de orientação sexual nas escolas?

() Sim

() Não

Justifique: _____

2. Nesta área, existe algum trabalho sendo desenvolvido nos estabelecimentos de ensino sob sua supervisão? () Sim () Não

3. Se existe, como este trabalho é desenvolvido? Quem o desenvolve?

4. Se não existe, qual a sua opinião a respeito de como tal trabalho deva ser executado? _____

5. Quais os problemas que você poderia assinalar que ocorrem nos estabelecimentos de ensino relacionados à sexualidade e ao comportamento sexual? _____